



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

SENTIDOS SUBJETIVOS DE RISCO PRODUZIDOS POR
EGRESSOS DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO

Enio de Souza Tavares

MANAUS-AM
2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ENIO DE SOUZA TAVARES

SENTIDOS SUBJETIVOS DE RISCO PRODUZIDOS POR
EGRESSOS DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia, sob orientação da Profa. Dra. Cláudia Regina Brandão Sampaio Fernandes da Costa.

Ficha Catalográfica
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

Tavares, Enio de Souza.

C297f

Sentidos Subjetivos de Risco Produzidos por Egressos de
Medida Socioeducativa de Internação. Manaus: UFAM, 2013.

93 f.; s/il.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) — Universidade
Federal do Amazonas, 2013.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Cláudia Regina Brandão Sampaio
Fernandes da Costa .

1. Sentido Subjetivo 2. Risco 3. Medida Socioeducativa
de Internação I. Costa, Cláudia Regina Brandão Sampaio
Fernandes da II. Universidade Federal do Amazonas III.
Título

CDD 371(812.4)(043.5)

ENIO DE SOUZA TAVARES

SENTIDOS SUBJETIVOS DE RISCO PRODUZIDOS POR
EGRESSOS DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia, sob orientação da Profa. Dra. Cláudia Regina Brandão Sampaio Fernandes da Costa.

Aprovado em 20 de dezembro de 2012.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Cláudia Regina Brandão Sampaio Fernandes da Costa – Presidente

Prof. Dr. Darlindo Ferreira Lima – Membro

Profa. Dra. Lídia Rochedo Ferraz – Membro

AGRADECIMENTOS

À Deus que me protege de todos os riscos da vida e que me dá coragem pra viver a cada dia, me dando uma vida cheia de sentidos.

Aos meus pais e familiares por me darem os sentidos de família necessários para ter uma vida enriquecida com a presença sempre constante de riscos.

Aos meus amigos Herbert e Fernanda, por significarem tanto na minha vida e por aceitarem minhas arriscadas reflexões sobre a vida e o viver, que não se esgota aqui, onde nossos clarões conseguem alcançar.

À Alaiany e Patrick por cuidarem de mim e me preservarem de tantos riscos que nem eu mesmo percebo que corro nos meus anseios de viver tudo ao mesmo tempo.

Aos amigos Wanderléia, Wesley, Camila, Rafael, Valler, Alexandre, Helene, Ester, Kamila e Sandra, por se arriscarem na vida comigo...

Aos colegas de mestrado: Joanne, Regina, Gutemberg, Gisele, Ilmar, Mônica, Leticia e Juliana. A todos que são da complexidade e da simplicidade ... e mais uma vez à Joanne por ser minha tele, minha pele.

Ao Jorge Mussa Dib (Leão!!) que em pouco tempo me fez ressignificar minha relação com as situações de risco e me ensinou que uma grande amizade suaviza a vida.

Aos professores e alunos do Curso de Psicologia da Faculdade Metropolitana de Manaus que presenciam meus medos e minha audácia de ser professor e com generosidade me ajudam a inventar uma psicologia com a nossa cara e com os nossos desejos.

Aos professores Iolete e Lúcia, pelas contribuições na qualificação. E ao professor Nilson por se importar sempre comigo e ser um amigo próximo.

À professora-Dra-Cláudia-Regina-Brandão-Sampaio-Fernandes-da-Costa (tudo isso mesmo e tudo junto), por me presentear com suas orientações desde o pibic e agora fechando com chave de ouro. Não tenho palavras para agradecer sua parceria e generosidade, diante do risco que é me orientar com minhas preguiças viscerais e com minha pouca habilidade com cumprimento de prazos.

E, de coração, a Francisco e Kelvin, por aceitarem o risco de me contar suas histórias marcadas de vida e risco, mas com tantas possibilidades de novas produções subjetivas e identitárias. A vocês, o meu respeito.

Muito Obrigado!

DEDICATÓRIA

À Kátia Lenz (in memoriam), professora e amiga que trago em meu coração para sempre... Muitas saudades!!

*Acreditamos saber que existe uma saída,
mas não sabemos onde está. Não havendo
ninguém do lado de fora que nos possa
indicá-la, devemos procurá-la por nós
mesmos. O que o labirinto ensina não é
onde está a saída, mas quais são os
caminhos que não levam a lugar nenhum.*

Norberto Bobbio

RESUMO

Este trabalho teve por objetivo compreender a produção de sentidos subjetivos atribuídos ao risco a partir das falas de jovens egressos de medidas socioeducativas de internação na cidade de Manaus. Como objetivos complementares, visou identificar os aspectos das vidas concretas dos participantes da pesquisa que são entendidos como risco; identificar os sentidos subjetivos atribuídos aos riscos pelos jovens investigados; compreender o processo de construção destes sentidos, segundo o entendimento dos participantes da pesquisa. Adotou-se o referencial teórico da psicologia sócio-histórica e como proposta metodológica, uma abordagem qualitativa tipo estudo de caso, de caráter exploratório. Fizeram parte do estudo dois jovens egressos de medida socioeducativa de internação, vinculados a um projeto de acompanhamento a este público, desenvolvido pela Universidade Federal do Amazonas. Para a construção das informações optou-se pela entrevista, e para o tratamento das mesmas assumiu-se a perspectiva da *Grounded Theory* ou Teoria Fundamentada. A partir do método adotado, foram geradas duas hipóteses, as quais apontaram predominantemente para: (1) sentidos de risco vinculados ao prejuízo da integridade física e (2) sentidos de risco vinculados à negligência das relações de cuidado. Conclui-se, portanto, que os sentidos são produzidos a partir dos contextos sociais onde cada sujeito atua, mas se singularizam nas histórias concretas de cada pessoa. Assim, risco assume uma dimensão singular, ainda que conectado com a realidade objetiva, sendo esta subjetivada por aquele que lhe atribui sentido.

Palavras-chave: Sentido Subjetivo. Risco. Medida Socioeducativa de Internação.

ABSTRACT

This study aimed the understanding of the production of subjective sense assigned to the risk from the speech of young people that have egressed from socio-educational context of imprisonment in the city of Manaus. As complementary objectives, it aimed to identify the specific aspects of the lives of the participants in this research who are perceived as risky; to identify the subjective meanings assigned to the risks for young people investigated; understand the process of construction of these senses, according to the understanding of the research participants. It was adopted a theoretical framework of socio-historical psychology and as proposal of methodology, an approach qualitative and exploratory in the case studied. The study investigated two young egress of educational approach in imprisonment, linked to a project that followed this public, developed by the Federal University of Amazonas. For the development of the information we chose to make an interview, and for the investigation of the same assumed the perspective of the Grounded Theory. From the method adopted, two hypotheses were generated, which showed predominantly for: (1) senses linked to risk of physical injury and (2) senses of risk linked to neglect of the relationships of care. We conclude, therefore, that the senses are produced from the social contexts in which each subject lives, but are singular in the experience of each person. Thus, the risk takes a singular dimension, although connected with the objective reality, which is subjectivized by the person that attributes it its meaning.

Keywords: Subjective Sense. Risk. Imprisonment Socioeducational Context.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1	
1 REFERENCIAL TEÓRICO	17
1.1 Continuidades e discontinuidades nas trajetórias infracionais.....	17
1.2 Adolescentes ditos “de risco”: clientela do contexto socioeducativo de internação.....	19
1.3 A questão do risco: conceitos, tipos e utilização.....	22
1.4 Pensamento Complexo: alternativa à compreensão de risco.....	28
1.5 Psicologia Sócio-Histórica: cosmovisões, subjetividade e sentido subjetivo.....	30
CAPÍTULO 2	
2 PERCURSO METODOLÓGICO	42
2.1 Pressupostos Epistemológicos e Metodológicos.....	42
2.2 Abordagem e tipo de pesquisa.....	43
2.3 Participantes da pesquisa: escolha e forma de contato.....	46
2.4 Construção do <i>Corpus</i> da Pesquisa e instrumentos.....	47
2.5 Metodologia de análise e interpretação das informações.....	50
2.6 Procedimentos éticos.....	53
CAPÍTULO 3	
3 RESULTADO E DISCUSSÃO	54
3.1 Construindo as informações: o cenário da pesquisa.....	54
3.2 Análise das informações sobre sentidos de risco.....	57
3.3 Sentidos de Francisco, ‘vida louca’.....	58
3.4 A construção dos sentidos de Francisco como configuração e processo.....	67
3.5 Kelvin e sua adolescência ‘tirada’.....	71
3.6 A construção dos sentidos de Kelvin como configuração e processo.....	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS	86
ANEXOS	90

INTRODUÇÃO

Em meio à construção do conhecimento científico, um paradigma tem sido utilizado com grande frequência. Este paradigma, denominado por Edgar Morin, *Paradigma da Simplicidade*, compreende os fenômenos estudados a partir de compreensões simplistas entre unidades de *causa e efeito* (MORIN, 2007). Como paradigma científico, várias áreas do conhecimento limitaram seu olhar segundo estes parâmetros. De igual modo a Psicologia procedeu por meio dos seus sistemas teóricos buscando, tanto quanto possível, o estabelecimento de relações lineares acerca dos fenômenos por ela investigados. Dentre as tantas temáticas aprisionadas nestes parâmetros, interessa-nos retomar a juventude, trazendo em seu bojo o risco a ela associado, propondo um novo olhar compreensivo.

Juventude e delinquência são categorias comumente abordadas segundo perspectivas teóricas que utilizam conceitos de **risco**, **proteção** e **vulnerabilidade** de modo estanque, ou seja, sem considerar a dinamicidade que estes possuem. Os sistemas explicativos que intentam desenvolver descrições e/ou explicações sobre a chamada delinquência juvenil continuam se pautando e desenvolvendo pesquisas a partir deste enfoque, sendo subsidiadas no campo da psicologia por conhecimentos notadamente desenvolvimentista clássicos, colocando a delinquência ou a tendência para delinquir como algo própria da fase da juventude. Tal postura é corroborada pelos conhecimentos como os da psicopatologia e da neuropsicologia, denotando uma visão patológica, funcionalista e biologicista sobre se jovem e estar em conflito a lei.

De modo oposto a esta tendência, as premissas teóricas e políticas que embasam a presente proposta posicionam-se de forma crítica diante de pressupostos herméticos da psicologia clássica, avançando para além do desenvolvimento mais linear, vislumbrando outros determinantes que engendram de forma única na vida de cada sujeito a questão do delinquir. Tais determinantes são os contextos sócio-históricos e os modos de produção de

subjetividade que se constroem nas práticas relacionais mediadas pelos signos culturais e pelas ideologias constitutivas das instituições e dos sujeitos concretos.

O presente trabalho consiste em um estudo sobre uma categoria que possibilite alcançar novos modos de compreender a relação entre ser jovem, o cometimento de ato infracional, a partir da atribuição de sentidos de risco por parte de egressos da medida socioeducativa de internação na cidade de Manaus.

A atribuição de sentido na perspectiva da Psicologia Sócio-Histórica, incorpora a unidade **sentido subjetivo** como uma categoria dinâmica e complexa, onde causa e efeito são relações possíveis de serem verificadas, mas não esgotam o fenômeno. Além do mais, no ponto que considera o homem construído por e construtor de sua cultura, esta teoria propõe um olhar sobre os determinantes históricos e sociais, que são o cenário da formação constitutiva das subjetividades dos sujeitos e de suas produções de sentido.

O interesse no tema escolhido desenvolveu-se a partir de um projeto de pesquisa realizado por este pesquisador e sua orientadora, em um momento no qual foi possível realizar uma análise sobre os sentidos atribuídos a proteção a partir dos discursos de adolescentes que cumpriam medidas judiciais de internação em uma instituição socioeducativa de Manaus.

A citada pesquisa, que foi realizada no contexto da Iniciação Científica, seguiu o mesmo referencial teórico com o qual pretende-se estudar a categoria de sentido subjetivo de risco, ou seja, o referencial da Psicologia Sócio-Histórica Brasileira.

Portanto, este trabalho de mestrado é resultado de uma continuidade na trajetória de pesquisa em um campo no qual este pesquisador tem se dedicado tanto em investigação como em intervenções realizadas ao longo de sua formação e atuação profissional em psicologia, junto a adolescentes internos no contexto socioeducativo e em outros contextos, também em situação de vulnerabilidade.

É diante de tais experiências prévias que se compreende a importância tanto no que se refere à contribuição que tal estudo pode dar as produções científicas como às contribuições que podem impactar efetivamente o campo social.

Do ponto de vista da contribuição científica, este trabalho, que tem como tendo como objeto os sentidos de risco, caracteriza-se pela contraposição a outros estudos realizados. Estes tendem a privilegiar os referenciais biologizantes e naturalistas, reificando concepções clássicas e simplistas sobre o psiquismo humano e desenvolvimento deste, compreendendo-o a partir de categorias universais, e classificando os indivíduos em tipificações.

O presente estudo, de base sócio-histórica, pode acrescentar novas perspectivas à compreensão do psiquismo como algo dinâmico, multifacetado, complexo e histórico. Este acréscimo poderá somar-se ao que já começou a ser realizado em muitos estudos sobre o tema, a exemplo das investigações de Costa (2007), Costa e Oliveira (2009), Costa e Tavares (2009), Costa e Moraes (2010) e Rocha (2010) no estado do Amazonas.

Os pesquisadores acima citados, tem discutido e investigado sobre a questão do adolescente autor de ato infracional, levando em conta as estruturas socioculturais que engendram a formação do psiquismo na trama de significação com tais contextos, principalmente, o que envolve internação judicial.

No caso específico deste trabalho, pretende-se aproximar o olhar às produções de sentidos no momento das vivências “extra-muros” da instituição socioeducativa, para compreender como estes sujeitos produzem conteúdo psíquico de cunho simbólico-afetivo em relação ao risco em suas vidas concretas.

Pretendeu-se, no presente estudo, empreender um caminho alternativo na construção da informação no âmbito da pesquisa, distinto do modelo positivista que prevalece em algumas formas de fazer pesquisa qualitativa. A pesquisa embasa-se nos pressupostos da Epistemologia Qualitativa, inserindo o pesquisador como uma subjetividade em relação com a subjetividade dos entrevistados na pesquisa.

A ruptura com a lógica instrumental dominante nas pesquisas antropológicas descentraliza o foco da pesquisa dos instrumentos e o coloca nos sujeitos que serão pesquisados, nos contextos em que eles atuam e nas interações que caracterizam o processo da pesquisa. A pesquisa compreendida como um processo social e subjetivo modifica as prioridades estabelecidas a partir de uma representação objetivo-instrumental (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 82).

Dando ênfase a este aspecto na dinâmica da pesquisa, este trabalho poderá ajudar a compreender os construtos teóricos como construídos em práticas sociais, e a própria ciência como uma prática social datada historicamente e, portanto, passível de crítica e de desconstrução.

Além disso esta pesquisa vislumbra o comprometimento do pesquisador com os resultados e análises realizadas como produto da investigação, o que foge das bases epistemológicas instrumentalistas e positivistas na pesquisa, e que também tem sido muito freqüente nas pesquisas qualitativas segundo González Rey (2005), politizando o processo de pesquisa, onde o investigador se torna co-responsável pelas informações investigadas.

No que se refere à relevância social, este estudo pode ajudar a problematizar se as estratégias de intervenção junto a este grupo possuem efetividade e se tomam como base suas próprias vivências e suas produções de significados e sentidos junto a ambientes, situações e objetos concretos experienciados como risco. Intervenções deste modo sugerem maior implicação contextual e, possivelmente, produzem impactos qualitativamente distintos, por levar em conta as singularidades e especificidades dos sujeitos em questão.

Uma contribuição possível é a de ajudarem os profissionais que empreendem algum tipo de relação com a população dos jovens em conflito com a lei, destacando entre esses profissionais os psicólogos que atuam no âmbito do sistema socioeducativo, podendo estes se apropriarem da presente investigação na construção de práticas mais substanciais, se for levado em conta o que Contini (2003) fala sobre a atuação do psicólogo junto a criança e ao adolescente.

Ao trabalhar na inclusão de criança e adolescentes por considerá-los cidadãos sociais, as ações do psicólogo, enquanto trabalhador da saúde devem estar voltados para ações que possibilitem a participação da comunidade civil organizada, nela incluindo crianças e adolescentes, na busca da efetivação da Doutrina da 'Proteção Integral', proposta pelo ECA, materializada na universalização das políticas públicas. Em síntese, a atuação do psicólogo junto a crianças e adolescentes, é basicamente um trabalho de ressignificação das relações e experiências vividas como mantenedoras da exclusão e exploração, numa sociedade desigual. Isto poderá contribuir para a compreensão por parte dos sujeitos envolvidos – crianças e adolescentes –, na teia social de interesse contraditórios, da natureza política (refletindo sobre a sua ação enquanto ato político), e ética (romper com o cotidiano, estranhar o 'natural') da participação para a transformação social (p. 302-303).

Embora os sujeitos da pesquisa não sejam mais legalmente classificados como adolescentes, mas oriundos do contexto socioeducativo que cuida de adolescentes, a citação acima se revela adequada, e a justificativa desse estudo também aponta para as práticas interventivas possíveis junto a esse grupo.

Diante da problemática levantada e dos aspectos a ela relacionados, foram propostos os seguintes objetivos para esta investigação:

Objetivo geral:

- Compreender a produção de sentidos subjetivos atribuídos ao risco a partir das falas de jovens egressos de medidas socioeducativas de internação na cidade de Manaus.

Objetivos Específicos:

-Identificar os aspectos das vidas concretas dos participantes da pesquisa que são entendidos como risco.

- Identificar os sentidos subjetivos atribuídos aos riscos pelos sujeitos participantes da pesquisa

- Compreender o processo de construção dos sentidos subjetivos de risco segundo o entendimento dos sujeitos pesquisados.

A organização do presente trabalho segue uma estrutura contendo as seguintes partes:

a) introdução, contendo a apresentação e delimitação do tema; problematização e os objetivos que orientaram a pesquisa b) Referencial Teórico, trazendo um levantamento panorâmico de como tem sido tratado o conceito de risco na literatura, seguindo-se uma discussão sobre o paradigma da complexidade como um paradigma emergente na ciência contemporânea para auxiliar a incursão do pesquisador junto ao tema; e a discussão sobre as bases epistemológicas da subjetividade, segundo a Psicologia Sócio-Histórica tendo como unidade de estudo o sentido subjetivo; c) Percorso Metodológico, explicitando os métodos, estratégias e instrumentos que compuseram a trajetória necessária à compreensão do fenômeno a ser estudado; d) Apresentação dos resultados e Discussão; e) Considerações finais.

CAPÍTULO 1

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Continuidades e descontinuidades nas trajetórias infracionais

O conceito de resiliência tem ocupado lugar de considerável importância nos estudos sobre jovens e, de maneira especial, os jovens em envolvidos com a criminalidade. Tal termo, ao ser deslocado da ciência física para as ciências humanas, coloca-se em articulação com os conceitos de risco, proteção e vulnerabilidade.

Assim, ao se pensar a trajetória de uma pessoa que enfrenta um cotidiano identificado como adverso, onde mesmo diante de sua situação carregada de dificuldades estruturais, sociais e psicológicas consegue trilhar uma história saudável do ponto de vista da saúde integral, diz-se que então esta pessoa mostra resiliência.

A resiliência então estaria arraigada a fatores que promovem aspectos saudáveis ou impedem que uma pessoa seja afetada por situações arriscadas. Em contraposição aos fatores de risco, estariam os fatores de proteção, estes entendidos como promotores de resiliência. Esta idéia simplificou a equação **risco e proteção**, compreendendo a infração ou não-infração a partir de fatores (de risco ou de proteção) universalizados e como entidades estanques.

Nos trabalhos de pesquisa de Tavares & Costa (2009) e Moraes & Costa (2010), Vieira (2011) os pesquisadores tentam mostrar como esta relação com os fatores de risco e proteção podem ter arranjos múltiplos e diferenciados, plurideterminados a partir da história de cada pessoa. Estes autores buscaram compreender a relação que os adolescentes internos no contexto socioeducativo têm com fatores de proteção e de risco, a partir do sentido que estes adolescentes atribuem a tais fatores, o que reifica o caráter dinâmico e multifacetado das trajetórias infracionais.

Com relação à infração, Silva (2003) apresenta duas maneiras de pensar esta questão, que se fundamenta em idéias lineares quanto à continuidade e a descontinuidade nas trajetórias infracionais. Assim a linearidade da continuidade vincula-se, segundo a autora, naquelas idéias de teorias que fazem relação com os fatores de risco e a infração, sendo possível compreender a formação de um jovem infrator a partir de sua história de vida, recheada de fatores de risco. Esta visão, segundo a autora, é bastante reificada pela psicopatologia e pelas teorias psicodinâmicas clássicas.

No que se refere à descontinuidade, ou seja, ao fato de deixar de cometer o ato infracional, a autora indica que as teorias sobre o **ciclo de vida** indicam a mesma visão linear, como no caso da continuidade, ou seja, deixar a trajetória de infração seria viável, caso fosse possível o entendimento de que o ato infracional está diretamente ligado a um estágio do desenvolvimento em que os indivíduos estariam mais tendenciosos a transgressões e, no caso da descontinuidade, esta aconteceria quando o adolescente passasse para o estágio seguinte.

Tal explicação é questionada veemente por teóricos como Bronfrenbrenner (Apud SILVA, 2003) bem como teóricos que trabalham com o conceito de resiliência como Rutter, Fonaggy, Higgitt & Tagert (Apud SILVA, 2003). Igualmente críticos a essa visão são os trabalhos de Costa e Assis (2006) e Costa (2007), discutindo o contexto socioeducativo tendo um diálogo com o conceito de resiliência a partir do Paradigma da Promoção da Saúde, da Psicologia Positiva, do Pensamento Complexo, para investigar fatores de proteção em uma instituição de internação para adolescentes autores de ato infracional.

No caso de Costa (IDEM), por exemplo, esta objetivou investigar fatores promotores de descontinuidade (embora não use esse termo) e o faz a partir de uma investigação institucional, com enfoque na questão da **proteção**. A leitura dos fatores de proteção neste trabalho foi conduzida segundo o entendimento que fugisse das dicotomias entre risco e proteção, mas que pudesse mostrar quais fatores na instituição socioeducativa podiam ser entendidos como protetivos.

A leitura sobre o risco aqui adotada remete especificamente aos sentidos que este pode possuir, sobretudo porque os jovens tem sido tratados como sendo potencialmente pessoas em risco, pela sua própria estrutura de desenvolvimento, como inerente a esta fase, como mencionado antes. Muitas das teorias que discutem a temática da juventude, tem se limitado a apenas descrever os fenômenos que tocam a juventude, tomando como fenômenos universais.

Não apenas no nível taxonômico, mas também no nível epistemológico, o ato de descrever difere de explicar (TOBAR & YALOUR, 2001). Explicar implica a compreensão de causalidades e de funções e determinações inerentes ao fenômeno. As representações

explicativas que privilegiam as relações causais simplistas não são suficientes, segundo julga-se aqui, para a produção de sentidos subjetivos e para o reconhecimento das questões que envolvem o construto risco.

O construto *risco* a ser investigado, o será, a partir dos jovens que vivenciaram a medida socioeducativa de internação. Para melhor compreensão de aspectos que envolvem este contexto, segue-se uma caracterização de quem são os sujeitos que cumprem medida socioeducativa no país.

1.2 Adolescentes ditos “de risco”: clientela do contexto socioeducativo de internação

A ideia central nesta pesquisa se sustenta pela ênfase nas singularidades das produções subjetivas e de construção de sentidos, mas cabe apresentar panoramicamente como os estudos tem apontado para responder quem são os adolescentes autores de ato infracional e seus determinantes psicossociais. Embora se entenda que no caso a que se pretende deter-se essa pesquisa, a ênfase será dada aos sujeitos em contextos de constituição específicos, existem algumas questões gerais que caracterizam a juventude brasileira em situação entendida. Tais características podem ser bastante relevantes a título de uma apresentação desse panorama da realidade brasileira.

O Brasil reúne desigualdades econômicas importantes onde 1% da população mais rica do país detém 13% de toda riqueza nacional. Por outro lado 50% da população mais pobre ficam com 14,4%, segundo dados da Secretaria Especial de Direitos Humano da Presidência da República, sendo que o país “mantém um terço de sua população na pobreza absoluta e esfomeada [...]” (EVANGELISTA, 2007, p. 3). Além disso existem tantas outras formas de desigualdades com negros, pardos, indígenas, mulheres, etc. (IDEM).

Em 2000, o censo do IBGE (Apud EVANGELISTA, 2007) aponta uma população de 25 milhões de adolescentes correspondendo a 15% dos habitantes do país. Em 2003 o IBGE (IDEM) mostra que 60% dos adolescentes de raça branca já haviam concluído o ensino médio, enquanto só 36,3% dos adolescentes afrodescendentes (negros e pardos) o conseguiu. Por este quadro se percebe a desigualdade social atingindo essa faixa etária que compreende as idades de 12 anos a 18 incompletos.

O autor citado ainda menciona outras formas de desigualdades que se evidenciam entre os adolescentes negros, pobres e sem acesso, no que tange a escolaridade, renda per capita e outros aspectos que dizem respeito aos direitos fundamentais. Outra questão

importante se refere a mortalidade juvenil: 39% dos homicídios são praticados contra essa população, mostrando como um cenário de violência constitui o contexto onde adolescentes com características bem específicas se desenvolvam.

Partindo-se do quadro acima exposto, logo se imagina que a realidade dos adolescentes em conflito com a lei, no país, reflete diretamente os efeitos mais perversos das desigualdades sociais e das injustiças que afetam as camadas mais pobres da população. Tratam-se de jovens, cujas famílias, em geral, não dispõem de condições materiais e financeiras para garantir a satisfação de suas necessidades essenciais; jovens de baixa escolaridade, desempregados, pressionados pelos enormes e persistentes apelos de consumo e pela necessidade de sobrevivência, dispostos a realizar, a qualquer custo, qualquer atividade ou tarefa que os possa remunerar e garantir o seu sustento. Sem oportunidade no mercado de trabalho, acabam aceitando, por falta de opção, assumir os riscos de furtos, roubos, assaltos, latrocínios, consumo e tráfico de drogas e de armas e até sequestros. Ao contrário do que muitos pensam, são eles as grandes vítimas da violência, pois, se, de um lado, a escola não os atrai; de outro, o mercado não os aceita. Esse é um dos dilemas que aos jovens pobres cabe enfrentar (EVANGELISTA, 2007, p. 3-4).

Em estudos por região também se verificou as mesmas questões apontadas, no que toca o perfil destes adolescentes, como foi o caso de um estudo realizado por Davoglio e Gauer (2011). Neste estudo o nível de escolaridade situou-se em sua grande maioria no ensino fundamental incompleto, onde 60% dos jovens estudados encerraram seus estudos na quarta série do ensino básico. Além disso outros agravantes como consumo de álcool e outras drogas foi constatado como bastante significativo, além do fator. Para somar a isso o número de sujeitos que reincidem é bastante significativo.

Não se pretende, com estes argumentos, afirmar que há uma relação direta com a desigualdade social, como a situação de pobreza, e a questão da infração adolescente, posto que se compreende que tal atividade pode ser melhor qualificada na leitura singular de cada caso específico do cometimento da infração. Até por que autores de infração também podem ser adolescentes de outras classes sociais mais abastadas e de cor branca, por exemplo; só para falar de uma combinação de perfil não comum nos dados pesquisados. Antes de tudo se quer apontar aqui para dados na realidade brasileira.

Do ponto de vista da pesquisa aqui desenvolvida é importante entender como este contexto sociocultural constrói sentidos subjetivos que por sua vez constituem os motivos da infração. Sentidos e motivos que só podem ser vislumbrados por um olhar que compreenda tais elementos como dotados de complexidade, segundo o entendimento que atravessa a posição central deste trabalho.

No Brasil o ECA determina como legalmente deve-se tratar o adolescente autor de ato infracional levando-se em conta sua responsabilização ao mesmo que o entenda enquanto

sujeito de direito. Com essas premissas são estabelecidas formas de enfrentamento denominadas medidas socioeducativas.

As medidas socioeducativas podem ser: **advertência** - consistindo na admoestação verbal dos adolescentes e seus respectivos responsáveis; **obrigação de reparar o dano** - consistindo no ressarcimento do dano causado pelo adolescente; **prestação de serviço comunitário** (PSC) - consistindo em cumprimento de tarefas gratuitas de interesse da comunidade; **liberdade assistida** - acompanhamento técnico-profissional e familiar com monitoramento constante destas partes em relação ao adolescente; **Semiliberdade** - medida entre a internação e atividades externas; e, **medida privativa de liberdade** - internação em instituição socioeducativa específica em regime integral, por um período de até 3 anos (DAVOGLIO E GAUER, 2011).

A medida de privação de liberdade se aplica a infrações que impliquem grave violência ou ameaça contra pessoa, mediante descumprimento de outra medida imposta anteriormente e/ou reincidência de infração grave (IDEM). O ECA esclarece sobre essa medida em seu artigo 21: “A internação constitui medida privativa de liberdade, sujeita aos princípios de excepcionalidade e respeito a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento”.

Devem-se fazer cumprir os direitos dos adolescentes internos segundo o prescrito no ECA, Art. 124:

- I – entrevistar-se pessoalmente com o representante do Ministério Público;
- II – peticionar diretamente a qualquer autoridade;
- III – avistar-se reservadamente com seu defensor;
- IV – ser informado de sua situação processual, sempre que solicitada;
- V – ser tratado com respeito e dignidade;
- VI – permanecer internado na mesma localidade ou naquela mais próxima do domicílio de seus pais ou responsável;
- VII – receber visitas, ao menos, semanalmente;
- VIII – corresponder-se com seus familiares e amigos;
- IX – ter acesso aos objetos necessários de higiene e asseio;
- X – habitar alojamentos em adequadas condições de higiene e salubridade;
- XI – receber escolarização e profissionalização;
- XII – realizar atividades culturais, esportivas e de lazer;
- XIII – ter acesso aos meios de comunicação social;
- XIV – receber assistência religiosa, segundo sua crença e desde que assim o deseje;
- XV – manter a posse de seus objetos pessoais e dispor de local seguro para guardá-los, recebendo comprovantes daqueles, porventura, depositados em poder da entidade;
- XVI – receber, quando de sua desinternação, os documentos pessoais indispensáveis a vida em sociedade.

As atividades de cunho pedagógico é que caracterizam a questão da socioeducação, posto que só somente a privação da liberdade deve ser a inscrição de responsabilização, quando que todos os outros direitos devem ser respeitados, bem como a promoção de reinserção no seio da sociedade, minimizando os processos de inclusão e viabilizando formas necessárias de acesso (CAVALCANTI, 2009).

No entanto o que pode se constatar é que as instituições socioeducativas de internação são a reprodução do modelo punitivo encontrado nas prisões para adultos e a ineficácia de sua atuação como promotora de socioeducação. Sendo assim a internação se enquadra no tipo de instituição disciplinar a que se deteve por descrever Foucault, instituições estas orientadas pela imposição de regras duras de vigilância e de adestramento dos corpos, para a construção de *corpus dóceis*, adestrados e forjados pelo medo dos dispositivos criados para punir.

De outra maneira também pode encaixar tais instituições no que Erving Goffman (2002) denomina *instituições totais*, caracterizando estas pelos lugares dos papéis desempenhados pelos dirigentes e pelos internos. Todos estes atores institucionais participam das cerimônias próprias destes locais que são fortemente carregadas pela desvalorização das singularidades e esvaziamento da compreensão dos internos como sujeitos capazes de produção criativa e transformação, onde o próprio interno é furtado de suas dimensões sexuais, afetivas, espirituais, etc., deteriorando sua identidade. Como exemplo de tais instituições, o autor fala dos conventos, da caserna e dos manicômios.

É possível que cada instituição de internação para adolescente crie formas únicas de funcionamento, mas o que se sabe é que há em comum certa similaridade na ênfase prisional e pouco socioeducativa e é dos sujeitos que saem dessas instituições e que já estão marcados por trajetórias de vulnerabilidade social, relacional e afetiva, em sua grande maioria a que se preocupa este estudo. É difícil traçar um perfil exato tanto do próprio psicológico dos egressos como da relação que estes sujeitos tem com seus contextos pessoais de vulnerabilidade e risco, mas é possível, no campo da discussão mais ampla apontar e não desmerecer tais determinantes.

1.3 A questão do risco: conceitos, tipos e utilização

Falar sobre risco constitui um desafio, visto que há muito a ser dito e de diversas formas, a partir dos inúmeros pontos de vista e outras tantas classificações. O Dicionário Aurélio (2001) traz a seguinte definição: “Risco – substantivo masculino – qualquer traço em

cor, ou sulco profundo na superfície dum objeto [...] delineamento, esboço. Desenho para ser abordado [...] perigo ou possibilidade de perigo (p. 610)”.

Embora pareça bastante simplificada essa definição, é possível pensar em diversas questões já presentes nesta conceitualização. Inicialmente enfoca a ideia de perigo ou possibilidade de perigo, falando de acontecimento que está no futuro e, ao falar de possibilidade de perigo, este conceito leva em conta, então, as probabilidades de algo acontecer, o que pode se subsidiar nas estatísticas ligadas aos fatores que podem ser perigosos para algo ou alguém, partir da incidência fatores em um determinado âmbito.

No entanto, na primeira definição feito no dicionário pesquisado há algo de concreto, um traço ou um sulco em uma determinada superfície. Tal conceituação indica certa invasão em um determinado objeto marcando-o e modificando-o, mas não necessariamente algo que seja negativo ou perigoso, mas que gera algum tipo de mudança.

Ambos os conceitos serão desenvolvidos aqui a partir dos diversos autores que discutem o tema, dentro das especificidades de suas discussões. As propriedades de como as perspectivas vão sendo realizadas serão expostas aqui em uma tentativa de visão geral sobre o que se tem debate a respeito do tema.

Segundo Spink (2001), o conceito de risco surge entre o período feudal e as novas formas de territorialidade, de onde surgirá o Estado-nação, ou seja, na chamada pré-modernidade. Ainda que antes deste tempo já se vivessem experiências tais como terremotos, furacões, problemas ligados ao estilo de vida, o conceito não estava disponível nos léxicos das línguas indo-europeias. Estes eventos eram referidos como perigo, fatalidade, *hazard* ou dificuldades.

Tem-se notícia do termo no catalão no século XV, nas línguas latinas no século XVI e nas anglo-saxônicas no século XVII. Muito embora haja divergência sobre o surgimento dessa palavra por parte dos etimólogos, há certo consenso quando se trata da função que este tem para designar eventos no futuro, os quais passavam a ser passíveis de controle (IDEM).

O conceito de risco está ligado originalmente a navegação - um conceito de utilidade marítima importante. Este conceito era importante dado o grande número de recifes que ameaçavam as cargas dos navios, embora a forma de pensar o risco e lidar com este fosse bem diferente do que se começa a fazer com o advento da probabilidade.

Conceitos são dinâmicos, se desdobram, se desconstroem e se reconstroem. E assim o conceito vai tomando várias abordagens nas diversas disciplinas. Este fato faz com que o conceito se torne ainda mais polifônico, como os são os conceitos em geral, ao serem utilizados nos diversos espaços e grupos.

Na filosofia, este conceito tem sido utilizado com reflexão crítica a qual se atrela questões de base interdisciplinar, epistemológicas, éticas e fomenta também uma discussão densa em relação ao acaso sobre a liberdade humana (BARROS FILHO, 2010).

Nas ciências humanas, o debate sobre risco tem sido forte desde os anos 70, mas foi nos anos 80 que este debate se asseverou e se evidenciou. Especialmente Luhmann (1973) tenta pensar a relação entre risco e sociedade; o risco e sua leitura por meio de instituições; a questão do risco percebida por meio de conteúdos de moralidade e, por influência desta moralidade, as aceitações de vivências de alguns riscos legitimados.

Autores como o já citado Luhmann, unido a Douglas (1992), Beck (2006) e Giddens (1993) tem pensado no conceito de sociedade de risco, em oposição as sociedades industriais, como também muitos destes, têm pensado no aparato tecnológico como gerador e controlador do risco.

Pensando na questão da sociedade de risco e no contexto de globalização, Beck sugere o desenvolvimento de uma cidadania mundial nos moldes imaginados por Kant (DELISSOPA, 2008). Porém esta reflexão não avança no sentido de problematizar os postulados Kantianos, posto que o chamado “reinos dos fins” a que menciona Kant, surge de um tipo de vivência de uma ética do dever, onde os imperativos categóricos devem ser vividos, porque estão prescritos e o são porque seriam moralmente corretos, e se sabe que são corretos, fazendo uso da razão (KANT, 1993). Talvez isso implique processos de violência posto que as singularidades e a participação mais democrática fiquem limitadas ou quase anuladas, em vistas de um código gerenciador. Uma alternativa é sugerida por Habermas, que entende que este “reino dos fins” possa ser construído na negociação dos discursos possíveis colocados em jogo e construindo conjuntamente os códigos de convivência social pelo consenso (HABERMAS, 1997).

A relação entre risco e Direito constitui uma tensão bastante importante, que marca juridicamente muitas das vivências das pessoas no cotidiano. As influências filosóficas são diversas sobre a interpretação do risco neste âmbito (DELISSOPA, 2008). No entanto, essa relação entre risco e direito têm vários outros problemas, visto que as gerências do direito se subsidiam em verdades científicas e em forças políticas de militâncias, entre outros.

O Direito, portanto, acompanha a falência das verdades científicas, a exemplo da relação causa e dano. Ainda assim o direito de danos constrói os termos de risco, culpa e responsabilidade objetiva ou quase objetiva no Novo Código Civil Brasileiro, em termos de responsabilidade civil (IDEM).

Ainda referente à vinculação do risco na perspectiva do direito,

[o] conceito de precaução ainda é motivo de debate e apresenta para os sistemas jurídicos e para a ciência, complexos problemas sobre a natureza, limites, incertezas associados e significado jurídico da prova científica. Há um debate a tempos aberto sobre a melhor forma de gerenciar risco (BARROS FILHO, 2010, p. 26).

O surgimento da probabilidade ajuda essas questões de gerenciamento, de como controlar os fatores de risco, identificando-os e, se for o caso, evitando-os. Além do mais, a linguagem matemática também ajuda neste gerenciamento de risco mensurando-o, em perspectivas bastante positivistas e simplistas, pelo fato de pautar-se em deduções simplistas de causa-efeito. Essas questões de mensurações e gerenciamento de risco se realizam em muitas áreas como é o caso do campo da economia.

Na economia, a discussão sobre o risco está totalmente ligada a todo fazer vinculado aos sistemas financeiros nacionais e internacionais, que são relacionados e interdependentes, dada a globalização que chega com todo o aparato tecnológico.

No caso da economia, há uma questão bastante importante que se vincula à decisão diante do risco. Correr o risco faz parte do jogo econômico e sua ligação com a probabilidade e com um dado no acaso é bastante interessante. Nota-se, por isso e por outras questões, que neste campo, o jogo se torna uma entidade abstrata, vivenciada como uma entidade subjetiva marcante para quem vive diariamente ligado às operações de investimentos financeiros.

Basta que uma agência de risco diminua o grau de confiabilidade de algum sistema financeiro para que todo o mundo reaja de alguma maneira, pois nenhum grupo de investidor fica à parte dos movimentos financeiros. De alguma forma estas notícias sobre os escores de risco e de confiabilidade operam posturas diferenciadas nos outros sistemas, finanças ou grupos de investimentos, segundo Delassopa (2008), por conta da globalização.

Passando por algumas áreas de conhecimento ou que tocam a vida dos sujeitos, não deixar de mencionar que evidentemente não se entende que, em cada uma dessas áreas, o risco é pensado conforme apontado aqui somente. Em todo campo existem divergências, contradições, polifonias e, no caso do risco, isso também não seria diferente. O termo vem sendo tratado desde perspectivas mais positivistas até compreensões mais intimistas, subjetivistas.

Uma forma de classificar os tipos de risco vai nesta perspectiva. Segundo John Adams (2009), o risco pode ser pensado como: **risco percebido pela ciência, risco percebido**

diretamente e **risco virtual**, podendo o sujeito está atravessado por estes três tipos, construindo conjunturas e vivências de risco bem singulares.

O risco percebido pela ciência é aquele que um grupo de especialistas legitima como tal, pelo aparato científico que aponta fatores que seriam vistos como risco. Um bom exemplo são os vírus ou bactérias, que só podem ser vistos por meio de um microscópio e ser entendido com manejo e treinamento científico.

O risco percebido diretamente está relacionado à experiência de alguém que percebe tal experiência como vivência de risco, posto que, por exemplo, um leigo não se sentiria ameaçado por uma bactéria se não tivesse conhecimento sobre o assunto, ao passar a mão em um lugar contaminado. No entanto, a mesma pessoa sentiria a experiência do risco quando estivesse andando de carro, subindo em uma árvore, entre outras situações.

Por risco virtual entende-se ser aquele dotado de incerteza, no caso onde a comunidade científica não entrou em consenso. Neste caso, o julgamento intuitivo, instintivo e baseado na experiência entra em jogo para decidir como vivenciar este risco recheado de hipóteses polêmicas, ignorância e desconhecidos com é o caso do aquecimento global, radiação em níveis baixos e a bolsa de valores.

Ainda, outra forma de tipificar o risco é segundo sua vivência mais propriamente (IDEM). Assim, o risco pode ser **voluntário, involuntário e imposto**.

O risco voluntário divide-se em: autocontrolado (no caso de puro alpinista); controle diminuído (andar de bicicleta) e nenhum controle (avião e trem). O risco involuntário é aquele onde o sujeito vive por circunstanciais que acontecem sem seu desejo próprio . Risco imposto dividido em: risco benigno, quando não tem a intenção de causar dano como no caso das estações de telecomunicação, mas que acabam por ser fator de risco. Risco motivado pelo lucro, onde, por conta disso, as grandes empresas e grandes negociadores, em vistas de riqueza, por exemplo, destroem o ambiente e suas consequências são irreversíveis. Risco maligno, causado por grupos ou uma pessoa só que tem a intenção de ferir ou causar dano a outrem.

Embora sejam interessantes tais classificações, tudo fica ainda muito questionável e a forma como o autor expõe abre portas para muitos outros questionamentos. De qualquer forma, o autor sugere que todos estes tipos de risco têm como fundo um risco puro, entendendo assim o risco como uma entidade.

De outra maneira, Rutter (Apud SILVA 2003) entende a questão do risco pelo o que este denominou **mecanismo de risco**, ou seja, um conjunto de fatores e não fatores isolados que de forma mais dinâmica podem funcionar como risco para determinada pessoa, instituição ou grupo. Esta compreensão lança um olhar sobre as conjunturas e não sobre fatos isolados e isto implica em como também o sujeito percebe tal conjuntura, posto que sua percepção confere valor à sua experiência.

Buscou-se aqui pautar-se em uma forma de ver os fenômenos como construídos histórica e socialmente e de uma natureza complexa, portanto não podendo os reduzir aos aspectos isolados. Nisto faz sentido um conjunto de elementos que tem como efeito mecanismos de risco como sugere Rutter.

Além do mais, segundo as referências aqui adotadas, não se tem acesso às coisas tais como elas de fato o são no real, mas há um acesso limitado e sempre mediado pela linguagem. Desta forma, a linguagem é construtora das vivências de realidades.

O risco, enquanto um termo lingüístico, também existe porque nomeado, porque está na linguagem, que tem função para além da explicação, alcança o nível de construção de realidade. Entende-se então que o risco, enquanto construção histórica com base material concreta toma formas bastante diferenciadas nos contextos por onde este se expressa como linguagem e como construção.

O chamado “risco real” ou “risco puro” pode ser tomado em sua leitura contextual, mesmo que se referindo a aspectos especificamente físicos no campo da saúde, como por exemplo, o risco de ser infectado por um vírus, e suas consequências. Essa não é uma afirmação que naturalmente se pode entender como um risco real, segundo o que aqui se acredita.

A construção deste risco se relaciona com a forma como é representada a ideia de doença, de saúde, de tratamento, de morte, de identidade, de normalidade/patologia, enfim, uma gama de tantas produções lingüísticas e de representações que constituem ao mesmo tempo a mesma vivência e percepção do risco.

Aspectos que podem ser totalmente díspares em um determinado grupo ou produção individual sobre o risco, em outro momento deste mesmo grupo ou em outro caso pode ser bastante coerente, como é o caso do binômio risco/proteção.

Embora diferente e talvez à primeira vista contraditório, em perspectivas de leituras mais científicas, pode ser muito possível tal concepção e outros arranjos de representação. O que aqui se pretende estudar pauta-se na categoria chamada **Sentido Subjetivo**, que está

vinculada a um referencial paradigmático relevante para compreender vivências a respeito do risco.

A discussão atual sobre Sentido Subjetivo articula o referencial vigotskiano e da concepção de sentido aproximando-o do Paradigma da Complexidade. A seguir, serão apresentadas algumas bases deste Paradigma como forma de compreensão da própria interlocução que a Psicologia Sócio-Histórica intenta para propor uma explicação sobre a psique. Além do mais, essa discussão a seguir pode dar pistas de como o risco pode ser lido e interpretado sobre outras possibilidades que o paradigma ajuda a pensar.

1.4 Pensamento complexo: alternativa à compreensão do risco

Na visão da ciência moderna, o mundo é entendido dentro da compreensão da precisão, em um funcionamento regido por leis fixas, funcionando mecanicamente segundo a racionalidade padrão (PENA, 1997). As bases cartesianas solidificaram a ciência positivista, que tinha o reducionismo como característica, tentando buscar sempre a menor unidade de um determinado fenômeno. A fim de reconhecer as atribuições causais, onde um elemento ou acontecimento causaria o outro, no nível micro deste fenômeno, este paradigma acredita que a natureza toda, em suas instâncias micros, se materializa nesta relação simples de causalidade. A esta forma de atribuir explicação sobre o mundo e os fenômenos, Morin (2007) denominou de **Paradigma da Simplicidade**.

O **Paradigma da Complexidade**, por sua vez, caracteriza-se pela pressuposição da **complexidade** dos fenômenos, da **intersubjetividade** e da **instabilidade** dos mesmos. Nas palavras de Morin (2007)

complexo significa o que foi tecido junto; de fato, há complexidade quando elementos diferentes são inseparáveis constitutivos do todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico), e há um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre o objeto de conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si. Por isso, a complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade. Os desenvolvimentos próprios a nossa era planetária nos confrontam cada vez mais e de maneira cada vez mais inelutável com os desafios da complexidade (p. 38).

Em outras palavras, quando pensamos em algo do ponto de vista da complexidade, a relação causa e efeito, embora seja possível de ser vislumbrada, já não é capaz de explicar a totalidade do fenômeno e, tomada de forma isolada, configura um fenômeno à parte, sendo que esta relação, no viés da complexidade, só pode ser entendida dentro da dinâmica constitutiva com outros elementos do todo. Ao situar um elemento, é possível olhar o todo inscrito de maneira constitutiva na parte, ou seja, no nível micro o fenômeno é complexo.

É deste ponto de vista que se pretende fazer uma reflexão sobre a questão risco da adolescência. A seguir, serão desenvolvidas as bases teóricas da Psicologia Sócio-Histórica que tem interlocução com o Pensamento Complexo, mas desde já é possível fazer algumas considerações a respeito da relação de um sistema subjetivo aberto com o risco ou os riscos. Sendo apenas uma reflexão não se esgota neste trabalho, mas indica um caminho a ser dialogado com outras vozes e outras indagações e reflexões.

Riscos podem ser visto como potenciais ruídos ao sistema. Se for possível pensar diretamente no sistema subjetivo, só é possível haver mudança se outro elemento for incluído no sistema. Este elemento precisa provocar alguma desordem para que um novo momento organizador possa surgir.

Se for possível alguma aproximação nesta discussão, pode-se falar da elaboração de uma forma de compreender as possibilidades de risco como possibilidades de alguém desenvolver-se. Assim, o risco não teria uma conotação pejorativa, mas algo a ser pensado como contextual.

Disto pode-se pensar nos riscos significados como ruins, talvez sejam igualmente necessários para que um sujeito, enquanto sistema também desenvolva recurso para lidar com adversidade, outras situações adversas. O risco não se ligaria a vulnerabilidade linearmente, mas neste caso, o risco pode ser entendido como constitutivo da proteção.

As discussões são amplas neste caminho de reflexão aqui se indicam algumas pistas de tais problematizações. Só algumas direções e reflexões que poderiam ser realizadas a partir do Pensamento Complexo. O fenômeno da produção de sentido subjetivo pode ser vislumbrado por esse viés, e será apresentado a seguir com todos os outros conceitos centrais na Psicologia Sócio-Histórica.

1.5 Psicologia Sócio-Histórica: cosmovisões, subjetividade e sentido subjetivo

A Psicologia Sócio-Histórica¹ em suas bases vem se construindo como uma alternativa aos paradigmas tradicionais da psicologia, sobretudo aos que comportam visões reducionistas. Os autores que se filiam a esta visão fazem crítica séria ao modelo epistemológico que vislumbra o mundo, seus fenômenos e sujeitos com suas relações e seu psiquismo como algo posto, possível de conhecer na sua totalidade, assim podendo fazer previsões.

A crítica realizada pela Psicologia Sócio-Histórica vai contra as ideologias presentes no tipo de produção de conhecimento psicológico vinculado às vertentes tradicionais. Ideologia é aqui entendida como grupo de crenças que produz e perpetua relações desiguais, que se expressam em relações de classe, gênero, etnia, cor da pele, no mundo do trabalho e assim por diante.

Este referencial questiona também a tendência à individualização presente na psicologia como herança dos modos de subjetivação em que a análise de culpabilização dos sujeitos analisados por si só não considera as formas de exclusão que estigmatizam e segregam. Além do mais, tais formas de exclusão se subsidiam no fato de que há uma legitimação em um tipo de existência tida como normal, e este normal associado à palavra adequado, quando efetivamente o normal surge das conjecturas materiais do que é visto como mais comum ou mais frequente.

Assim, o menos frequente não seria visto como um modo de existência original e legítimo, mas como um desvio, legitimado desta forma pelos numerosos manuais de psicopatologia que servem de referência para analisar individualmente através de sinais e sintomas. Por sua vez, em seus estudos sobre o desenvolvimento psicológico na infância, Vigotski criticava essa postura de se interpretar com simplicidade um sinal externo ou corporal/biológico, sem se levar em conta as experiências emocionais, de percepção, de vontade, de imaginação e de pensamento que organizavam uma determinada (VIGOTSKI, 2003)

¹ Adota-se aqui o termo “Psicologia Sócio-Histórica” conforme o termo assumido pelo grupo de pesquisadores do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da PUC-SP, que mantém intenso diálogo com o pensamento de Fernando González Rey. O próprio González Rey em texto publicado em uma obra sob o título de “Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia” organizada pelo mesmo grupo da PUC-SP, afirma que o termo “Histórico-Cultural” em Cuba (país de origem de González Rey) carrega a tradição marxista de Vigotski assim como o termo “Sócio-Histórica” carrega esta mesma tradição no Brasil, especialmente referindo-se ao grupo da PUC-SP. Neste mesmo texto González Rey menciona, portanto, que os termos podem ser utilizados sem que se perca a “essência” marxista do pensamento vigotskiano. Optamos aqui, dentro desta discussão, por permanecer com o termo “Psicologia Sócio-Histórica”, tendo em vista, evidentemente, este debate.

Para Canguilhem (2009), a modernidade em busca de falar da diversidade de maneira tangível e a fim de se valer politicamente desta dita diversidade para a manipulação e pretensões capitalistas estabeleceu a diferença em padrões de funcionamento específicos. Um bom exemplo disso, segundo este autor são os tipos psicológicos. A essa tentativa de legitimar a diferença em tipos específicos Canguilhem denomina **ontologia da diferença**.

Portanto, esta linha de produção do conhecimento, apontada pelo autor, segue os mesmos vieses já mencionados aqui, posto que tudo que foge a este parâmetro de diferença, nos tipos psicológicos elencados, é mencionado como anormal, ou patológico, sem se lançar um olhar mais contextual sobre o sujeito que vive e produz representação sobre sua própria experiência e sobre o mundo que o circunda. De uma forma ou de outra, volta-se a falar sobre um sujeito apriorístico, fruto de posições inatistas, ficando assim naturalizado o fenômeno psicológico.

A Psicologia Sócio-Histórica não trabalha com essa concepção. Acredita que o fenômeno psicológico desenvolve ao longo do tempo. Assim o fenômeno psicológico:

- Não pertence à Natureza Humana;
- Não preexiste ao homem;
- Reflete a condição social, econômica e cultural em que vivem os homens (BOCK, 2001, p. 22).

A citada autora assim continua:

Portanto, para a Psicologia Sócio-Histórica, falar do homem psicológico é obrigatoriamente falar da sociedade. Falar da subjetividade humana é falar da objetividade em que vivem os homens. A compreensão do mundo interno exige a compreensão do mundo externo, pois são dois aspectos de um mesmo movimento, de um processo no qual o homem atua e constrói/modifica o mundo e este, por sua vez propicia os elementos para a constituição psicológica do homem (IDEM).

As capacidades humanas são entendidas na Psicologia Sócio-Histórica como fruto de uma série de transformações qualitativas, onde cada transformação cria possibilidades para que outras novas condições possam surgir. Fala-se aqui de capacidades humanas, aquelas que nos diferenciam qualitativamente dos animais, fala-se especificamente dos processos psicológicos superiores, sem desmerecimento da natureza biológica adquirida na evolução da espécie humana e que são próprias de seus membros.

Do ponto de vista mais concreto, a Psicologia Sócio-Histórica entende o desenvolvimento do sujeito como produto de várias determinantes para os quais Vigotski tentou pensar quatro entradas por onde o sujeito se desenvolve e onde estes determinantes são

encontrados, discutindo assim o conceito de **filogênese**, **ontogênese**, **sociogênese** e **microgênese** (OLIVEIRA, 2008).

Por filogênese tem-se a história do desenvolvimento da espécie humana, ao longo do tempo, na perspectiva de uma evolução da espécie e sua inscrição histórica como espécie *Homo Sapiens Sapiens*, como um processo que se desenrolou ao longo de um determinado tempo histórico. No que se refere à ontogênese, fala-se do indivíduo desta espécie, de como este indivíduo historicamente, dentro da história da espécie foi desenvolvendo capacidades e perdendo outras, incluindo aí questões físico-corporais, biológicas, aspectos emocionais entre outros, mas também falando dos limites que o indivíduo desta espécie possui enquanto tal (IDEM).

A sociogênese diz respeito à história social humana; toca nas questões de como socialmente se atribui valor as coisas, como as coisas são vislumbradas e os pontos que representam a visão de mundo dentro de uma perspectiva social que tem uma história específica. No caso da história social a que a sociogênese quer se referir exatamente não é a História contada no ensino formal, ou apenas um tipo de História, visto que estas são sempre um recorte escolhido por um grupo e legitimado por estes para ser contada. O que se trata, neste caso, é do caráter temporal de como as sociedades vão representado o mundo, datando este processo todo (IDEM).

A microgênese é a entrada mais ‘individual’, que trata da história de um indivíduo concreto, o qual pertence a espécie dos humanos, com as peculiaridades do ser desta espécie, mas que pertence a um grupo social específico que partilha de uma cultura ou várias culturas. Nesses determinantes, o sujeito faz sua história singular apreendendo o mundo e o internalizando, percebendo-o e se apropriando com os recursos que dispõe internamente (IDEM).

Essa internalização não é simplista, mas está ligada a muitas funções que se organizam e se reorganizam ao longo do tempo, produzindo fenômenos psicológicos complexos como a percepção, memória, pensamento, emoção e linguagem. Todos esses fenômenos foram estudados por Vigotski e suas proposições em Psicologia apontavam para o caráter interconstitutivo desses.

No caso da percepção, por exemplo, o sujeito percebe as coisas com ajuda de múltiplos órgãos do sentido, em que se cria um todo. A percepção, mesmo em crianças muito pequenas é uma percepção de conjuntos de coisas e não de partes isoladas; dos objetos formados por um conjunto de estímulos, estas percepções vão constituindo-se na memória

imediate com imagens e sensações sendo internalizadas diretamente no campo psicológico que tem esta função.

Fala-se não especificamente do correspondente cerebral propriamente dito, posto que de Vigotski questionava-se este tipo de correlação, correndo-se o risco de se reduzir as funções psicológicas superiores ao seu substrato biológico, quando o entendimento teórico ia para além disso, no início do século XX.

Do ponto de vista da memória, ela se expressa em um determinado momento do desenvolvimento, segundo Vigotski, como memória imediata, organizando a vida psíquica do sujeito. Estes elementos são recursos com os quais os sujeitos irão se apropriar do mundo, a ponto de falar posteriormente no desenvolvimento de uma memória mediada.

Esta mediação se realiza por tais elementos dos quais o sujeito criança já memorizou e das formas linguísticas que em determinado momento na história do sujeito passa a constituir a construção de sua **consciência**. Por consciência aqui não se refere à idéia de estar consciente de algo propriamente, ou como uma instância do aparelho psíquico como no modelo freudiano, que se contrapõe ao um inconsciente, mas aqui na teoria vigostikiana este conceito refere-se ao espaço psicológico construído nas diversas entradas do sujeito nos seus contextos socioculturais.

A cultura é de grande valor no modelo explicativo na Psicologia Sócio-Histórica, posto que para a tal perspectiva o caráter constitutivo da psique entende-se que se realiza como uma construção no nível individual do mundo simbólico que é social.

A humanidade necessária para que o homem se torne humano está na cultura, nas coisas construídas pelo homem que se objetivaram na cultura, nas relações sociais, nos outros, nas formas de vida, no meio, que é um meio humano, porque construído pela atividade humana, pelo trabalho. O homem ao construir seus registros (psicológicos), o faz na relação com o mundo, objetivando sua subjetividade e subjetivando sua objetividade. O psicológico se constitui não no homem, mas na relação do homem com o mundo sociocultural (AGUIAR, 2001, p. 96).

A forma como isso se realiza é por meio da relação entre pensamento e linguagem como central em conexão com outras funções. Para Vigotski (2003), o pensamento é central nos processos psicológicos, tendo como suporte a linguagem não especificamente a linguagem que se refere ao modelo gramatical (essa também), mas a linguagem vinculada a semântica que se apresenta como contraditória e não linear, nem sempre organizada (embora tenha também essa dimensão). “A linguagem é mediação para internalização da objetividade [...] (BOCK, 2003, p. 23)”.

Seguindo esse caminho e retomando o conceito de percepção, afirma Vigotski que um sujeito, ao perceber algo, o percebe de forma mediada; ao perceber já o percebe com os recursos que dispõe. Esses dispositivos de linguagem, que constroem a percepção e a modificam, e que são componentes do pensamento, são acompanhados por emoções.

As emoções são fenômenos complexos que abrangem múltiplas dimensões [...] possuem um substrato biológico e se constituem enquanto ontologias subjetivas ao longo do desenvolvimento do sujeito que se dá na sua interação com o social. São, nesse sentido, internas, mas ligam-se de forma não linear com o espaço social. Compõem também um sistema interativo que implica a constituição de um sistema emocional (MIERMONT, 1994), isto é, “da conexão sistêmica das emoções individuais. São reconhecidas dentro de um discurso cultural que permite que sejam designadas e construídas ao longo do seu processo” (NEUBERN, 2000, p. 20-21).

Na perspectiva da Psicologia Sócio-Histórica a emoção ou o emocionar-se é uma condição da atividade humana, inserido em um contexto cultural. Elas representam estados de atividades psíquicas e fisiológicas que são resultado de registros complexos ante o social, o psíquico e o fisiológico.

Seguindo o entendimento vigotskiano, a compreensão destas organizações psicológicas que se constituem de emoção, pensamento, linguagem, emoção, necessidade, imaginação, que tem elementos ainda de organizações bem rudimentares próprias da espécie humana, é de estes fenômenos se constituem mutuamente, embora conservem suas qualidades como funções diferenciadas (VIGOTSKI, 2003).

Neste sentido, vale a pena mencionar que esta forma de entender a relação entre tais funções remete bem a um modelo complexo sobre o psiquismo como algo tecido junto (MORIN, 2007). Essa aproximação do pensamento de Vigotski e seus colaboradores e o Paradigma da Complexidade foi realizado por alguns autores (ZANELLA, 2000; PINO, 2000; NEUBERN, 2000) em discussões breves sobre tal aproximação.

De uma forma ou de outra Valsiner (1987) e Rosseti-Ferreira (2004) também fazem esta menção embora incluam outros autores no diálogo. Mas de forma bem enfática a chamada Teoria da Subjetividade de Fernando González Rey (2001; 2003; 2005; 2007) é considerada por seus colaboradores e pelo próprio teórico, como uma expressão do Paradigma da Complexidade na Psicologia.

É exatamente seguindo a linha de pensamento deste teórico que aqui no Brasil tem se subsidiados os estudos em Psicologia Sócio-Histórica, naqueles que se atem ao estudo da

subjetividade, ou mesmo por aqueles que trabalham investigando ou problematizando outras categorias como a identidade.

É precisamente na linha de raciocínio dos postulados de Gonzalez Rey que referenda-se este trabalho, tendo como conceito mais amplo o conceito de subjetividade e sua unidade de inteligibilidade, o sentido subjetivo, com bases nas teorizações elaboradas por Vigostki.

O conceito de subjetividade na contemporaneidade tem sido adotado como um conceito importante, principalmente nas discussões das teorias chamadas pós-modernas e neoparadigmáticas. Precisamente dentro deste grupo de teorias que González Rey assume suas colocações a respeito de um sistema explicativo tendo como base em uma ontologia histórico cultural da psique, por meio do conceito de subjetividade.

A subjetividade, dentro da psicologia, é um objeto que propõe um campo de discussão mais atual, diferente da perspectiva tradicional, que tinha como base o estudo da personalidade, por exemplo, que, em geral, levava em conta o contexto social de maneira bastante empobrecida.

Deste modo, o estudo sobre o psiquismo ficava extremamente vinculado a funcionamentos mentais produzidos por tipologias psíquicas compreendidas em geral por um olhar psicodinâmico e, na história da psicologia brasileira, isso não foi diferente (BERNARDES, 2007).

Ao revisar artigos em publicações científicas brasileiras de psicologia, Bernardes (2007) analisa as formas nas quais o conceito de subjetividade é tomado em tais trabalhos, compreendendo ser um conceito bastante ambíguo dentro do debate teórico em psicologia. No entanto, a autora também comenta como este conceito acaba por unir, mesmo que em uma perspectiva de discussão, teorias que antes lidavam com objetos com denominações diferentes. Assim, autores da psicanálise, fenomenologia, esquizoanálise, construcionismo social, construtivismo e da teoria dos sistemas, entre outros, passam a fazer referência ao termo subjetividade em seus escritos.

O psicólogo González Rey (2002) fala do impacto do conceito de subjetividade para as psicologias contemporâneas, entendendo ser um conceito que impede que se estude o psicológico através de categorias gerais e universais, suscetíveis de avaliação pelos mesmos atributos em pessoais diferentes. Ainda sobre o conceito de subjetividade, o mesmo autor assim discorre:

El uso de la subjetividad como sustrato ontológico complejo de los procesos psíquicos nos lleva a comprender estos a través de procesos de relación que tienen como escenario el sujeto psicológico concreto, y las diferentes instancias sociales en la que este se constituye y es constituyente. Los fenómenos subjetivos se definen en un sujeto que actúa de forma permanente en un espacio social subjetivado (GONZÁLEZ REY, 2002, p. 24).

Tal apresentação da subjetividade como trazida por González Rey (2004), nem sempre se vinculava ao termo no seio das ciências, e da psicologia enquanto espaço pretense de se afinar aos moldes científico-positivistas. Segundo o mesmo autor, a subjetividade era entendida como contrária ao desejado pelo projeto da ciência positiva, representando algo de desviado e com um cunho pejorativo por ser entendida, muitas vezes como ameaça a pretensa neutralidade científica, ficando por muito tempo temida e rechaçada pelos representantes do modelo dominante de ciência.

Segundo Prado Filho (2007), o resgate do conceito de subjetividade foi realizado pela antropologia, e no campo mais “psi” pela psicanálise. Este autor aborda da seguinte forma o caminho percorrido pelo conceito e suas abordagens no contexto da psicologia:

Em verdade o termo subjetividade passa da psicanálise para o campo das psicologias na primeira metade do século passado, mas é somente o seu final que ele se despe de um sentido naturalizado e substancializado de interioridade, passando a ser pensado em termos sociais, históricos e políticos como produção de subjetividade, apresentando-se contemporaneamente como objeto possível para muitas psicologias de cunho crítico para buscar dar conta da identidade, exatamente por mostrar dar conta as diferenças (p.16).

Segundo Bernardes (2007), a psicologia faz um caminho de uma psicologia do indivíduo para uma psicologia da subjetividade, tendo então o conceito como mencionado na citação acima encontrado no âmbito da psicanálise uma valorização bastante interessante até ser assumida pela psicologia, aliás, bem posterior a muitos outros campos das ciências humanas e sociais, como a antropologia e a sociologia.

De maneira particular as denominadas teorias pós-modernas incorporam o termo no sentido de compreensão de um sujeito visto sob a ótica de seu ethos cultural, passando a representar um objeto que incorpora em si o sujeito em tensão com a sociedade. A subjetividade passa a ser um objeto para uma psicologia comprometida com o social (IDEM). Assim, indivíduo e sociedade, e a relação que estas duas instâncias têm entre si, acaba por tomar um espaço novo no cenário da produção do conhecimento sob a perspectiva do estudo da subjetividade ou dos modos de subjetivação.

Para González Rey (2007), estas correntes teóricas trazem avanços importantes à compreensão da psique. Todavia, não dão conta de uma representação ontológica sobre o que seria a subjetividade em si. A crítica que o autor faz é em torno de algo que fica somente em uma dimensão abstrata, idealista ou uma discussão meramente social, perdendo-se a dimensão do sujeito, como o autor refere ser o caso da teoria social construcionista e da teoria dos sistemas, cada uma a seu modo.

Para uma representação da psique que possa responder com qual material psíquico se lida, o autor vai buscar nas bases da teoria histórico-cultural seus fundamentos.

Segundo esta abordagem, a consciência seria o espaço psíquico construído de forma dialética nas atividades compartilhadas no mundo objetivo. Assim **objetividade** e **subjetividade** se negam e se afirmam de maneira contraditória de forma que uma é parte substancial da outra. Tal dinâmica acontece mediada pelo **signo**.

O signo, portanto, é o instrumento, fazendo uma analogia ao trabalho, ou à atividade humana, o qual o sujeito se utiliza para lidar com o mundo. Portanto, não é uma relação direta que há entre o homem e o mundo, mas uma relação mediada, como já foi mencionado. Um objeto como o *risco*, por exemplo, é associado ao signo ou a palavra que lhe é atribuída socialmente e tal objeto desencadeia relações entre signos e afetos de tal maneira que só pode ser entendida na perspectiva do **sentido** e do **significado**, sendo um objeto ou uma fala (onde se usa o signo) compartilhada, mas não experienciada por todos da mesma forma, pela característica reversível do signo.

[...] o signo tem a propriedade de ser reversível, ou seja, a de significar tanto para quem o recebe quanto para quem o emite [...]. O signo opera no campo da consciência, no qual ser autor e espectador constituem atributos de uma mesma pessoa. É por isso que a palavra dirigida ao outro produz efeito também naquele que a utiliza (PINO, 2000, p. 59).

Pelos aspectos compartilhados por grupos sociais que seriam de natureza mais estáveis da dinâmica semiótica pode-se compreender o conceito dado por Vigotski ao **significado**. Para Vigotski (2008), o significado estaria em um campo mais duradouro, mais convencional, em uma dimensão dicionarizada, daquilo que o conceito da palavra associada a determinado objeto remete, a um conceito mais unificado e preciso.

Assim uma pessoa no decurso de sua vida vai participando de muitas esferas de significação, muitos grupos que funcionam como o contexto concreto onde tais significações são produzidas e as quais serão apropriadas pelo sujeito. Cada história individual faz caminhos diferentes, mas muitas vezes compartilhando os mesmos espaços sociais de forma e

em momentos diferentes. Isso é que pode trazer em uma análise significações, semelhanças e particularidades divergentes.

Da gama de significação por onde um indivíduo se constrói pode-se compreender que nunca um objeto é associado da mesma forma aos mesmos signos. Posto que as vivências são diferentes, os modos no nível da microgênese, na história de cada atividade significada marca a dimensão da singularidade da história de vida de um sujeito singular, ao mesmo tempo em que se é possível apreender, em tais vivências, aspectos do universo onde as vivências particulares foram possíveis de serem construídas e subjetivadas. É a relação singular-particular-universal em uma visão dialética, ou uma compreensão, da parte como o todo em visões mais sistêmicas. Ambas as metáforas explicativas dão subsídio para se pensar esta relação indissociável do sujeito com social; relação constitutiva. Nas palavras de Vigotski:

[...] a tarefa fundamental da psicologia dialética consiste precisamente em descobrir a conexão significativa entre as partes e o todo, em saber considerar o processo psíquico em conexão orgânica nos limites de um processo integral mais complexo (VIGOTSKI, 2008, p. 149).

O conceito de **sentido subjetivo** como uma unidade complexa ajuda a pensar esta questão provocada pelo autor russo. No âmbito do sujeito, o conceito de **sentido** refere a todas as sentenças que vem à tona diante de determinado objeto subjetivado, de conteúdo simbólico, mas que também são construídos de elementos afetivos, compreendendo também a dimensão da afetividade como fortemente ligada à esfera da cultura que a possibilita de se expressar como tal.

No tocante aos afetos, recorre-se às emoções que se desenvolvem em uma história filogenética e ontogenética, e que ganham expressões diferenciadas nas diversas formas culturais possíveis. Assim, sentimentos de saudades, amor, paixão, ódio, rancor, são expressões culturais só possíveis de existir dentro do que fora compartilhado socialmente, vinculando-se a questões literalmente fisiológicas que foram estabelecidas no percurso histórico da espécie, como as respostas automáticas de medo, fuga e nas respostas fisiológicas experimentadas na saciedade, compreendendo biológico, social e individual como parte de um mesmo processo.

A relação entre sentido e significado, nas palavras de Vigotski, assim se realiza:

O sentido de uma palavra é um agregado de todos os fatos psicológicos que surgem em nossa consciência como resultado daquela palavra. O sentido é uma formação dinâmica fluida e complexa, que tem inúmeras zonas que variam em sua instabilidade. O significado é apenas uma dessas zonas de sentido que a palavra adquire no contexto da fala. É a mais estável e precisa dessas zonas. Em contextos diferentes, o sentido de uma palavra muda. Ao contrário, o significado, é comparativamente, um ponto fixo e estável que permanece constante apesar de todas as mudanças no sentido da palavra que são associados em seus uso em contextos diferentes (IDEM , p. 151).

O autor russo não utiliza o termo sentido subjetivo: trata-se da mesma unidade. Este termo, contudo, é utilizado por González Rey para designar sua relação com uma categoria maior: a subjetividade. A idéia de unidade aqui foge da idéia de uma unidade atomizada ou reducionista, de uma tentativa de buscar o menor elemento constitutivo de um fenômeno para melhor compreendê-lo.

O sentido subjetivo representa a integração necessária de uma produção emocional com uma história própria, com processos simbólicos de uma natureza diferente, que se incorporam inseparavelmente a essas emoções dentro de uma delimitação de sentido, tanto em nível de um sujeito concreto como no de um grupo social. Essa integração é arbitrária, tem a ver com as histórias diferenciadas as quais certos espaços adquiriram essa capacidade produtora de sentido (GONZÁLEZ REY, 2004, p. 134).

É diante deste referencial teórico que González Rey (2002) propõe uma representação da subjetividade. Em suas palavras:

Considero a subjetividade o sistema de significações e sentidos subjetivos em que se organiza a vida psíquica do sujeito e da sociedade, pois a subjetividade não é uma organização intrapsíquica que se esgota no indivíduo, mas um sistema aberto e em desenvolvimento que caracteriza também a constituição dos processos sociais, tema que tenho explicado por meio da categoria de subjetividade social (GONZÁLEZ REY, 2002).

O tema da subjetividade é adotado a partir de uma perspectiva dialógica, dialética e complexa, em que a subjetividade não aparece coisificada em nenhum tipo de entidade, nem de invariante universal da natureza humana, mas que se expressa como um sistema complexo em constante avanço, que constitui o sujeito concreto, e por sua vez, é construída por este de forma permanente, por meio de sua constante produção de sentidos e significados dentro dos diferentes sistemas da subjetividade social em que desenvolve suas ações (IDEM, p. viii).

Nesta mesma obra, González Rey assume o caráter plurideterminado e contraditório da subjetividade que não se caracteriza por invariantes estruturais que permitam construções universais sobre a natureza humana, mas é antes uma estrutura versátil, flexível e complexa.

Em outro momento de sua produção, o autor expressa que Vigotski dá direções para que se compreendam os processos psicológicos afastando-se de elaborações simplistas (GONZÁLEZ REY, 2004). Por esta razão o próprio autor indica aproximações teóricas úteis das teorizações sobre a subjetividade numa perspectiva histórico-cultural com o pensamento complexo (GONZÁLEZ REY, 2007)

Partindo dessa consideração sobre a complexidade que caracteriza a subjetividade, González Rey (2004) propõe uma leitura da categoria de *sentido*, conforme proposta por Vigotski, para que, a partir da maneira como os sentidos se configuram na singularidade de cada pessoa concreta, possa se compreender quais configurações subjetivas organizam a psique em suas mais variadas formas, nos mais distintos sujeitos.

No olhar da complexidade, a teoria sócio-histórica entende que a categoria sentido (ou sentido subjetivo como utilizado por González Rey) relaciona-se recursivamente com as categorias de **sujeito**, **subjetividade** e **configurações subjetivas**.

Por **sujeito** entende-se o indivíduo capaz de mudar o curso da sua própria história, mudando os espaços sociais de sua ação e de onde é constituído. A **subjetividade** já conceituada aqui incorpora zonas de significação que se expressam em dois momentos de um mesmo sistema como **subjetividade social** e **individual**, sendo a primeira compreendida pelos aspectos de significação e de sentido nos espaços institucionais, grupais, dentro de uma dimensão supra-pessoal; já a subjetividade individual marca os aspectos subjetivos no sujeito concreto a partir dos espaços da subjetividade social de suas ações (GONZÁLEZ REY, 2004).

Por **configuração subjetiva** entendem-se os arranjos de sentido e significados que presentes no sistema da subjetividade social e individual, a organiza como algo configurado e em processo. Portanto, percebe-se que, para a compreensão dos sentidos, além relacioná-los entre si, é importante um esforço de compreensão que o articule com essas outras categorias que o formam e são dele produto, em uma relação de uma perspectiva complexa.

É neste pano de fundo teórico que o sentido subjetivo de risco se expressa enquanto uma possibilidade de entendimento de um fenômeno que não se esgota em relação simples. Entender um sentido subjetivo é diferente de compreender a percepção, a representação e a crença, que tomadas de maneiras clássicas, como em geral estes termos o são, podem esvaziar

a riqueza e a profundidade do fenômeno que o conceito de sentido subjetivo pode ajudar a entender.

Diante do revisado sobre a questão do risco; no início deste ponto sobre a revisão teórica, diante do exposto sobre o modelo epistemológico que subsidia esse estudo de forma particular na proposta do entendimento da subjetividade conforme entendida pela Psicologia Sócio-Histórica – o paradigma da complexidade - tendo como unidade o sentido subjetivo expõe-se aqui o **problema de pesquisa** aqui construído como questão a ser investigada: “Como se configuram os sentidos subjetivos atribuídos ao risco nas subjetividades de egressos do contexto socioeducativo de internação na cidade de Manaus?”

Na sessão seguinte, será traçado um percurso metodológico por onde se pretende responder a esta questão. A metodologia apresentada é coerente com as escolhas teóricas aqui expostas, posto que é oriunda de um mesmo referencial epistemológico.

CAPÍTULO 2

2 PERCURSO METODOLÓGICO

2.1 Pressupostos Epistemológicos e Metodológicos

Em consonância com as perspectivas teóricas que fundamentam o presente projeto, buscou-se construir uma proposta metodológica que desse suporte à construção do conhecimento sob o aporte da complexidade. A abordagem sócio-histórica na psicologia incorpora uma compreensão neoparadigmática alinhada ao Pensamento Complexo, como já apresentado anteriormente. Torna-se então possível falar aqui de uma visão de conhecimento como uma construção relacional, diferindo das visões mais tradicionais da ciência, as quais reificam o lugar da descoberta do pesquisador sobre o real.

Segundo Maturana (1995), o olhar do observador produz um tipo de fenômeno específico, colocando o fenômeno não como uma entidade *a priori*, mas como um efeito de uma relação do campo observado com o seu observador. Partilhando desta concepção, opta-se aqui por este enfoque construtivo em todo processo de pesquisa, desde a entrada do pesquisador no campo, inaugurando zonas de produção de sentidos diversos, por esta ocasião, até a construção do *corpus* da pesquisa, termo correspondente ao momento de coleta de dados na tradição positivista a qual este projeto se opõe.

Sendo os dados também fruto de relação e construídos neste sentido, é nesta forma de pensar a produção do conhecimento científico que foram realizadas escolhas na forma de abordar os sujeitos e construir as informações, bem como, a maneira que se realizou a interpretação das mesmas, enfatizando o caráter implicado com que o investigador se localiza neste processo.

A incursão metodológica neste trabalho seguiu, em grande parte, os caminhos sugeridos por Fernando González Rey (2005) não somente devido à compatibilidade teórica, mas pela valorização da postura de abertura às especificidades do contexto e da construção de

formas criativas de investigação. Muitas escolhas foram sendo realizadas, sendo as mesmas reconhecidas a partir da implicação pessoal. Estas escolhas constituíram parte importante na feitura da pesquisa, uma vez que fazem parte da organização subjetiva do investigador, portanto, não-neutro.

Segundo González Rey (2002), pesquisas qualitativas como a que se propôs, trazem flexibilidades importantes para o trabalho com a natureza complexa da psique, o que, na perspectiva da teoria sócio-histórica, têm-se discutido a partir do conceito de subjetividade. A proposta de González Rey ancora-se no que este autor denomina “Epistemologia Qualitativa” para o estudo da subjetividade, e afina-se com a cosmovisão da Psicologia Sócio-Histórica de subjetividade, também proposta por ele.

Os pressupostos metodológicos orientadores da Epistemologia Qualitativa foram embasados em três princípios, apresentados por Paula e Cupolillo (2005):

- a) Produção do conhecimento como construtiva-interpretativa, onde tanto o pesquisador quanto o participante são subjetividades envolvidas ativamente na construção desse conhecimento e a interpretação é a possibilidade de dar sentido à expressão do pesquisado.
- b) Produção do conhecimento de caráter interativo, onde o enfoque não está no método, mas nos atores que atuam no processo de pesquisa, portanto no pesquisado e pesquisador.
- c) A singularidade como nível da produção do conhecimento, onde não é a quantidade de sujeitos que importa, mas a possibilidade de dar significações daquilo que se pretende estudar no momento da pesquisa, esse enfoque é o que dá a legitimidade para o estudo.

2.2 Abordagem e tipo de pesquisa

Segundo González Rey (2005), a pesquisa qualitativa é indicada quando a intenção é permitir que os sentidos e significados produzidos pelos sujeitos venham à tona, sendo o pesquisador o instrumento fundamental na relação que trava com os participantes da pesquisa. Além disso, o autor fala da importância da pesquisa qualitativa, quando se entende que toda teoria é uma teoria aberta e em construção.

[...] consideramos a pesquisa qualitativa uma via essencial para a produção de teoria, isto é, para a construção de modelos teóricos de inteligibilidade no estudo de sistemas que não são diretamente acessíveis, nem em sua organização, nem nos processos que os caracterizam à observação externa; definimos teoria como a construção de um sistema de representações capaz de articular diferentes categorias entre si e de gerar inteligibilidade sobre o que se pretende conhecer na pesquisa científica (p. 29).

Em seguida, o autor argumenta que: “uma teoria tem um núcleo fundamental de inteligibilidade que se estende em espaços distintos de significação, os quais devem se modificar permanentemente em relação ao empírico, em um processo de reconstrução teórica que pode levar à própria modificação do núcleo fundamental da teoria (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 31)”. Esta ênfase que se dá ao processo de produção teórica impulsiona a proposição de olhares originais, criativos e coerentes com os contextos onde a pesquisa se realiza. Assim, fortalece-se o sentido de criação, posto que no que se subsidia esta pesquisa, entende-se que toda ação em cada etapa da pesquisa, implica em um momento de criação ou co-criação.

No processo de co-criação, identificou-se na *Grounded Theory* ou Teoria Fundamentada, um método de produção e organização dos dados que se coaduna com os propósitos desse estudo, haja vista que tal método têm tradição e intenção de propor teorias a partir do empírico. Devido à natureza do problema e objetivos anunciados, este estudo configurou-se como pesquisa exploratória, tendo como propósito “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (GIL, 2010, p. 27), o que se articula com os ideais da *Grounded Theory*.

Pesquisas qualitativas caracterizam-se por terem um planejamento bastante flexível, uma vez que interessa a consideração dos mais variados aspectos em relação ao fato ou fenômeno estudado. Assim, “[e]m virtude dessa flexibilidade, torna-se difícil, na maioria dos casos, ‘rotular’ os estudos exploratórios, mas é possível identificar pesquisas bibliográficas, estudos de caso e mesmo levantamentos de campo que podem ser considerados estudos exploratórios” (IDEM).

No caso desta pesquisa, optou-se por assumir o desenho do tipo estudo de caso, por ser um modelo de pesquisa onde o investigador explora profundamente um fato, fenômeno, um ou mais indivíduo, optando por trabalhar com uma ou mais “unidades-caso” (CRESWELL, 2010). Conforme Gil (2010), é possível optar por casos únicos e casos múltiplos. O caso único é refere-se a um indivíduo, grupo organização ou fenômeno, já o estudos de casos múltiplos “são aqueles que o pesquisador estuda mais de um caso, para investigar determinado fenômeno” (IDEM).

Ainda com referência ao mesmo autor, os casos podem ser identificados como:

(1) **caso raro**, que se referem a comportamentos e situações sociais que por serem muito raros, merecem ser estudados; (2) **caso decisivo**, utilizado quando se deseja confirmar, contestar ou estender uma teoria; (3) **caso revelador**, que ocorre quando o pesquisador tem a oportunidade de observar e analisar um fenômeno inacessível a outros pesquisadores; (4) **caso típico**, que tem o propósito de explorar ou descrever objetos que, em função de informação prévia, pareça ser a melhor expressão do tipo ideal da categoria; (5) **caso extremo**, que tem como vantagem poder oferecer uma ideia da situação limite em que um fenômeno pode se manifestar; e (6) **caso discrepante**, que ‘passa dos limites (p. 118).

No caso desse estudo o tipo de pesquisa se configura como caso múltiplo. Propôs-se abordar dois casos caracterizados como casos típicos, por serem os participantes potenciais sujeitos que possuem trajetórias institucionais e pessoais significativas e dotadas de sentido socialmente instituído como sendo ‘risco’. São pessoas que expressam bem o sentido que se pretendeu estudar aqui pela intenção da pesquisar de lidar com processos de produção de sentido de egressos de sistema socioeducativo de internação. Além do mais, esses sujeitos por conhecimento prévio de suas trajetórias, marcadas pelo cometimento do ato infracional e passagem por instituição de privação de liberdade, podem oferecer informação sobre o fenômeno da produção de sentidos de risco de forma bastante rica.

O que legitima este estudo segundo as bases da Epistemologia Qualitativa são exatamente os pressupostos que sustentam a investigação de caráter construtivo-interpretativo, a interação entre os participantes e o pesquisador, e a singularidade e profundidade no nível de significação daquele caso em particular (GONZÁLEZ REY, 2002).

Segundo González Rey (2005), a generalização neste tipo de pesquisa não é de correspondência amostral-universal, populacional e estatística, mas no nível do sistema explicativo, generalidades teóricas a partir das construções hipotéticas e dos núcleos de inteligibilidade que são abstrações, e no caso deste estudo, representações sobre a psique, suas propriedades, sua ontologia. Não são representações como abstrações descontextuais, mas fruto do momento empírico e das elaborações do pesquisador na interpretação. Deste modo, “[a] questão dos casos estudados passa assim a ser uma questão teórica e não estatística, ganhando toda sua significação quando compreendemos que o objetivo da pesquisa qualitativa está na construção de modelos sobre o problema estudado e não na caracterização de populações” (IDEM, p. 113).

Evidentemente que este sistema explicativo entende que os casos que serão estudados contêm virtualmente aspectos do universo de onde são oriundos, sendo possível apreender

aspectos do universal no particular e em contrapartida, intuir sobre aspectos mais gerais a partir de um caso singular. Estas questões se fundamentam nos referenciais da própria abordagem da subjetividade na psicologia sócio-histórica: o materialismo-histórico-dialético (dialética particular-universal) e pensamento complexo (visão em fractal e hologramática: as partes estão no todo e o todo está nas partes).

Por fim, destacando a proposta ideia de estudo de caso como desenho metodológico, sinaliza-se o pensamento de González Rey (2005), para quem a grande maioria dos pesquisadores qualitativos considera o estudo de caso um procedimento legítimo do tipo de pesquisa qualitativa que se preocupa com a exploração da singularidade. Este autor ainda fala que esta ênfase no singular como via de produção de conhecimento não tem sido foco de atenção da maioria dos pesquisadores, precisamente devido ao caráter epistemológicos dessa questão. Assim o autor assinala:

De fato o alcance dado a esse princípio está em estreita relação com a representação do conhecimento como um processo construtivo-interpretativo e é justamente a articulação entre tais princípios que permite fundamentar a Epistemologia Qualitativa para o desenvolvimento de uma forma particular de metodologia qualitativa (p. 10).

A legitimação do singular na produção do conhecimento passa pelo valor que se atribui ao aspecto teórico em uma investigação, o qual seja talvez o ponto mais difícil de ser assumido pelos pesquisadores, devido à identificação histórica entre o empírico e o científico instaurada como consequência do positivismo e do modo como a ciência se institucionalizou (IDEM).

2.3 Participantes da pesquisa: escolha e forma de contato

O modelo de construção do conhecimento que caracteriza a pesquisa é que vai delinear a escolha dos participantes; é nisto que se apóia a escolha dos sujeitos para o estudo de caso (GONZÁLEZ REY, 2005). Assim, segue-se a lógica adotada para a escolha e definição dos participantes do estudo.

O pesquisador qualitativo define os grupos em função das necessidades que vão aparecendo no transcorrer da pesquisa, e a primeira atitude a ser tomada antes de selecionar alguém é envolver-se no campo para observar, conversar e conhecer, de forma geral, as peculiaridades do contexto em que a pesquisa será desenvolvida: a seleção do grupo vai envolver hipóteses feitas pelo pesquisador. Posteriormente e conhecendo os aspectos da organização e do funcionamento do espaço social a ser estudado, o pesquisador passará a participar de diferentes atividades organizadas dentro de tal espaço. Nesse trânsito pelo campo aparecerão as primeiras hipóteses a serem organizadas em conceitos e reflexões que servirão de base para o modelo condutor para o processo de construção (IDEM, p. 110).

Seguindo estas indicações e pela entrada realizada por diversas formas no contexto da medida socioeducativa de internação, (em estágios curriculares, pesquisas, projetos de extensão) este pesquisador entendeu ter reunido informação que pudesse dimensionar a escolha dos sujeitos para os estudos de caso, caracterizando casos típicos, pois expressariam bem o fenômeno que se quer explorar.

Foram contatados dois sujeitos previamente escolhidos, que integram um projeto voltado para acompanhamento de egressos do contexto socioeducativo de internação desenvolvido pelo Laboratório de Intervenção Social e Desenvolvimento Comunitário (LABINS), da Universidade Federal do Amazonas. Os mesmos foram esclarecidos sobre os objetivos da pesquisa e sobre a importância da utilização do material discursivo nos momentos de entrevistas já realizados no âmbito do acompanhamento destes sujeitos.

Os critérios utilizados para a seleção foram estabelecidos pelo próprio pesquisador e sua orientadora, levando em conta as histórias pessoais desses sujeitos e suas trajetórias pós-internação no contexto socioeducativo. Além disso, a viabilidade de acesso a esses sujeitos foi importante na decisão, tratando-se de jovens ativos participantes no contexto da internação nas oficinas propostas pela equipe do LABINS, do qual o presente pesquisador faz parte.

É importante mencionar os motivos que orientaram a escolha dos sujeitos apresentando critérios de inclusão, bem como os critérios de exclusão, para que se compreenda mais claramente os elementos utilizados para tais escolhas. A saber:

Critérios de inclusão:

- Ser egresso de medida judicial de internação na cidade de Manaus;
- Ter sua trajetória pós internação entendida pelo pesquisador como relevante para os objetivos da presente investigação;
- Ser maior de 18 anos;

- Aceitar participar voluntariamente da pesquisa, após convite efetuado pelo pesquisador;
- Assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Crêterios de exclusão:

- Não desejar dar prosseguimento ao processo da pesquisa, em qualquer fase dos trabalhos de investiga o.
- Qualquer situa o em que seja manifestada conduta incompatível com a continuidade da pesquisa e/ou da rela o pesquisador e sujeito colaborador.

Diante dos cr terios observados foram escolhidos dois sujeitos que receberam os nomes fictícios de **Kelvin** e **Francisco**, a partir dos quais serão doravante identificados, visando resguardar a integridade dos mesmos na ocasião da divulga o das informa es por meio científico legítimo.

Os participantes foram contatados através de liga o telef nica, uma vez que havia registro de tais dados disponíveis no LABINS por conta da participa o dos mesmos em projetos vinculados a esta institui o.

Após essa primeira apresenta o sobre a temática da entrevista que tinha como fun o dar visibilidade as questões de sentido em rela o ao risco, foi acordado o dia e horário para que tal trabalho pretendido fosse realizado. Já nessa oportunidade foi mencionado sobre a utiliza o das informa es da entrevista também para fins de pesquisa científica, podendo os sujeitos aceitarem ou negarem a disposi o tais informa es para este estudo.

Os participantes aceitaram livremente disponibilizar as informa es das entrevistas e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para que se fosse resguardada a  tica de pesquisa necessária pela natureza do trabalho junto a seres humanos.

2.4 Constru o do *Corpus* da Pesquisa e instrumentos

A idéia de que o *sujeito pesquisador* co-constrói a informa o no momento empírico com o *sujeito pesquisado*   sustentada na perspectiva de González Rey de que

A realidade é um infinito de campos inter-relacionados independente de nossas práticas; no entanto, quando nos aproximamos desse complexo sistema por meio de nossas práticas, as quais, neste caso, concernem à pesquisa científica, formamos um novo campo de realidade em que as práticas são inseparáveis dos aspectos sensíveis dessa realidade. São precisamente esses aspectos suscetíveis de serem significados em nossa pesquisa. É impossível pensar que temos acesso ilimitado e direto ao sistema do real, portanto, tal acesso é sempre parcial e limitado a partir de nossas próprias práticas (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 5).

A relação entre os dois sujeitos então cria essa realidade informacional e o investigador, implicado na produção do que será interpretado, utiliza-se de ferramentas que o ajudarão em tal tarefa.

Pelo fato de essa pesquisa ter um caráter de interação entre dois sujeitos (pesquisador e pesquisados) a comunicação tem valor importante. Sendo a comunicação a via por onde o participante será convertido em sujeito (IDEM), entende-se este não como assujeitado, mas como ativo, criador, que se implica, conforme o produtor e produto do seu contexto sócio-histórico (GONÇALVES, 2002)

A comunicação, segundo o *status* epistemológico que lhe atribuímos, influenciará de forma importante a própria definição dos instrumentos de pesquisa [...] ao mesmo tempo se converterá em espaço legítimo e permanente de produção de informação na pesquisa, pois os desdobramentos do processo de comunicação com os sujeitos participantes da pesquisa representam o caminho essencial de seguimento dos diferentes casos singulares em seu aporte diferenciado ao conhecimento (GONZALEZ REY, 2005, p.15).

A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas com ênfase no processo conversacional. A conversação então, enquanto expressão da linguagem foi a forma como os sujeitos conjuntamente foram os sentidos que se pretende apreender.

Efetivamente os sentidos foram atribuídos pelos sujeitos pesquisados, mas estes estiveram em um palco de negociação de tais sentidos em um sistema conversacional com o pesquisador-entrevistador e, portanto, esta dinâmica esteve totalmente implicada na produção de tais sentidos, fato que não pode isolar o sentido e individualizá-lo ao pesquisado, porque além de este falar de seu repertório sociocultural específico, também configurou-se na presente relação com o investigador, o que possibilitou formas de produção de sentidos singulares desta configuração.

A **conversação** é defendida por González Rey por esta possibilitar a emergência dos sentidos subjetivos uma vez que os participantes se sentem sujeitos, atuando de forma reflexiva, ouvindo, elaborando hipóteses sobre o tema que se ocupa. Nessa experiência os sujeitos integram suas vivências pessoais, suas dúvidas e suas tensões. Essa dinâmica toda vai

se transformando em representação teórica pelo pesquisador (IDEM).

O autor ainda menciona que “[a] conversação enquanto instrumento define o caráter processual da relação com o outro como um momento permanente da pesquisa e se orienta a superar o caráter instrumental que caracteriza o uso da entrevista pela psicologia, em detrimento de seu valor como processo de relação (p. 49)”.

Embora se entenda que o investigador deva estar aberto ao momento empírico e permita a espontaneidade e dê vazão à criatividade, a pesquisa tem uma intenção e objetivos a serem respondidos. Nesta direção para que tal conversação seguisse uma direção para estes objetivos, foi utilizado um **tópico-guia**, o qual serviu como um direcionamento e não com um roteiro fechado (ANEXO I).

Este tópico guia serviu para que a dinâmica conversacional fosse otimizada, vivenciando a conversação como “um processo cujo objetivo é conduzir a pessoa estudada a campos significativos de sua experiência pessoal, os quais são capazes de envolvê-la no sentido subjetivo dos diferentes espaços delimitadores de sua subjetividade individual (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 126)”.

Foi realizada uma entrevista com cada sujeito, com entrevistas individuais. Uma entrevista teve duração 52 minutos e a outra entrevista 32 minutos.

2.5 Metodologia de análise e interpretação das informações

Como dito anteriormente, a proposta utilizada como ferramenta de manejo das informações construídas no momento do contato com os participantes foi baseada na proposta da *Grounded Theory* ou Teoria fundamentada.

Essa proposta foi desenvolvida por Glaser e Strauss, tendo esses dois pensadores pequenas divergências no modo como vislumbravam esta metodologia. Para Glaser, o pesquisador deve ir a campo desprovido de qualquer referencial teórico, a fim de construir o repertório de uma nova teoria a partir dos dados concretos colhidos no momento empírico (GIL, 2010).

Já Strauss entendia que os conhecimentos prévios eram indispensáveis para que os dados empíricos tivessem algum sentido, e entre esses conhecimentos, incluem-se os recursos teóricos (IDEM). E com este último concorda-se aqui, por acreditar-se que o que relaciona o sujeito com o mundo são sempre os processos de significação, e os conteúdos destas significações, são também constituídos com proposições teóricas nos casos dos pesquisadores.

Portanto sempre se chega no momento empírico com alguma cosmovisão. Este trabalho sustenta-se nisto.

Feitos estes esclarecimentos iniciais sobre tais aspectos, será apresentado a seguir a *Grounded Theory*, como ferramenta de análise e suas formas e procedimentos para melhor visualizar o fenômeno.

A concepção fundamental desta proposta é a abertura para o momento empírico, e o olhar sobre o que os dados podem dizer sobre o fenômeno que está sendo estudado, no intuito de propor teorias que sejam formações explicativas sobre este fenômeno, levando em conta sua singularidade enquanto tal.

Sua principal estratégia de análise é a **comparação**, presente durante todo o percurso deste momento da pesquisa. Sobre isso diz Strauss (2009):

Fazer comparações é uma característica essencial de nossa metodologia [...] Não apenas falamos sobre comparar incidente por incidente para classificá-los, mas também fazemos uso do que chamamos de comparações teóricas para estimular nosso pensamento sobre propriedades e dimensões (pp. 83-84).

O uso de comparações é realizado como no cotidiano, na vida diária, para desfazer confusões sobre o que não é familiar, desta forma dando origem a propriedades e dimensões que serão usados como informação a ser interpretada.

Como mencionado na citação anterior, os tipos de comparações podem ser **comparações incidente por incidente** e **comparações teóricas** (IDEM).

- *comparações incidente por incidente* são auto-explicativas, os eventos, acontecimentos, objetos, são olhados a partir de suas similaridades e divergências, analisando suas propriedades e dimensões.

- *comparações teóricas* são formas de análises mais reflexivas, onde o referente empírico não escapa de significação mais óbvia e necessita de uma elaboração mais aprofundada que organize tais propriedades e dimensões. Este tipo de comparação é realizado para aumentar o entendimento sobre o tema a que se pretende conhecer melhor.

As comparações teóricas podem dispor de sistemas explicativos já reconhecidos, e também de elaborações realizadas conjuntamente com os sujeitos implicados na pesquisa, através de criação de hipóteses abertas e temporárias (aplica-se bem isto no caso da pesquisa-ação), sendo na maioria das vezes um trabalho de hipotetização feito pelo pesquisado no momento da análise. Tais hipóteses também são comparadas na mesma perspectiva, dando caráter processual à análise.

Explicada a questão das comparações, serão vistos os passos da análise dos processos de codificação das informações. O processo de codificação é constituído fundamentalmente pela **codificação aberta**, **codificação axial** e **codificação seletiva**.

- Codificação aberta: neste primeiro processo de codificação são apreendidos os conceitos e ideias mais centrais e são definidos como “blocos de construção teórica por Strauss e Corbin (2009). Estes blocos permitem agrupar eventos e ideias sob um sistema de classificação. Esses blocos são comparados e examinados por similaridades e diferenças.

Para realizar a codificação aberta procede à transcrição de todo material coletado, a análise cuidadosa de toda frase ou sentença, à seleção das palavras-chave e à determinação de um título ou código que represente um parágrafo ou unidade de ideias. Para facilitar este processo, podem ser utilizadas questões como: ‘o que está acontecendo?’, ‘o que significa isso?’, ‘o que esta pessoa está dizendo aqui?’, ‘a respeito de que ela está falando?’ (GIL, 2010, p. 146).

- Codificação Axial:

Trata-se de um processo onde categorias são relacionadas às suas subcategorias. O eixo de uma categoria associa o nível de propriedades e suas dimensões. A variedade de conceitos levantados na codificação aberta sofre reorganização para que se identifique a ideia central e suas subordinações (GIL, 2010). O pesquisador analisa então as questões em torno dos blocos específicos e relaciona elementos em um mesmo bloco, mas que tem expressões diferentes. A pergunta nesse caso é: de que forma estes se expressam e como se localizam nos blocos maiores organizados na primeira fase da codificação aberta?

Na perspectiva de se perguntar o “por quê?”, “de que forma?” quando?”, o pesquisador constrói uma estrutura, um forma organizativa que possibilitam o questionamentos sobre ações e interações, representadas pelas questões “quem?” e “como?”. STRAUSS e CORBIN (2009) denominam **paradigma** essa relação entre **estrutura** e **ação**; seus múltiplos arranjos referentes aos elementos constitutivos do fenômeno estudado dá um caráter complexo ao mesmo (IDEM).

Não é demais lembrar que tal ideia de complexidade é totalmente coerente com a filiação teórica assumida neste trabalho e como se representa ontologicamente o psiquismo por meio dos conceitos de **sentido** e **subjetividade**.

- codificação seletiva: essa etapa diz respeito à busca ao processo de integrar e refinar categorias, identificando uma categoria central que perpassa todas as outras categorias, representativa do tema central em torno do qual todas as categorias se constituem ao redor.

Para isto, é importante um exercício de abstração e discernimento. Uma frase ou um

nome muitas vezes é suficiente para definir tal categoria central, podendo até ser utilizados em outros trabalhos ou mesmo na elaboração de uma teoria mais geral.

A teoria emerge desses processos de codificação quando o pesquisador percebe que não há nenhum dado novo, percebendo as propriedades nas categorias e suas propriedades saturadas. No caso desta pesquisa, que faz um recorte deste modelo de análise, o interesse está em analisar e construir hipóteses sobre os casos estudados apenas, abrindo mão a princípio da ideia de saturação pelo menos no nível amostral. Podendo ser verificado nas dimensões constitutivas dos elementos do fenômeno. Interessa o modelo de análise da *Grounded Theory* pela complexificação com que este pode ajudar a visualizar o fenômeno da produção de sentidos dos sujeitos pesquisados.

2.6 Procedimentos Éticos

Foram observados os cuidados éticos referentes à pesquisa com seres humanos dispostos na Resolução 196/96 do Ministério da Saúde. Os participantes já assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelo fato de a pesquisa ter sido realizada no âmbito do projeto para o acompanhamento de egressos de medida socioeducativa. Os procedimentos éticos foram cuidados tanto pelo pesquisador como por sua orientadora que coordenada o mencionado projeto. O TCLE (Anexo II) constou dos objetivos da pesquisa e demais esclarecimentos do processo sigiloso pelo qual se construiu esse trabalho. Não foi realizado nenhum tipo de registro que permitisse a identificação total ou parcial dos participantes, sendo o nome dos sujeitos substituídos por nomes fictícios pela mesma razão.

O presente estudo não envolveu a exposição dos sujeitos a situações de risco. Os benefícios advindos deste estudo implicam em um avanço sobre a compreensão da temática relacionada ao contexto de grupos de jovens. Ainda que a participação tenha sido voluntária e mediante pleno conhecimento acerca do tema a ser abordado, caso houvesse identificação de qualquer demanda que necessitasse de algum acompanhamento especializado que surgisse no andamento da entrevista na pesquisa, o pesquisador e sua orientadora possuem formação compatível para prestar orientação e acompanhamento psicológico. Este suporte esteve assegurado.

CAPÍTULO 3

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Construindo as informações: o cenário da Pesquisa

Antes que se fale propriamente das categorias que foram emergindo segundo a leitura das informações, vale apenas mencionar um momento anterior que se tem chamado por González Rey (2005) de **Cenário de Pesquisa** nas ciências antropológicas. Este refere-se ao trabalho de entrada no campo ou quando o pesquisador anuncia o início do processo da pesquisa e seus objetivos para encaminhar todo o trabalho investigativo.

Entendemos por cenário de pesquisa a fundação daquele espaço social que caracterizará o desenvolvimento da pesquisa e que está orientado a promover o envolvimento dos participantes da pesquisa. É precisamente no processo de criação de tal cenário de pesquisa que as pessoas tomarão a decisão de participar da pesquisa, e o pesquisador ganhará confiança e se familiarizará com os participantes e com o contexto em que vai desenvolver a pesquisa (p. 83).

Este autor reflete sobre a importância deste momento como uma das etapas da pesquisa, posto que nas pesquisas qualitativas há uma característica de acesso a temas íntimos e sensíveis para as pessoas pesquisadas. Para que haja a condição de desenvolvimento da pesquisa, portanto, é importante que se crie um vínculo em que se possibilite espaços de confiança e segurança com entre os sujeitos, abrindo espaço para o diálogo e a própria adesão do sujeito convidado para participar da pesquisa.

O cenário de pesquisa já mobiliza o sujeito para as questões próprias relativas ao tema da pesquisa – no caso desta pesquisa, a questão do risco. E, portanto, os sentidos subjetivos já são produzidos de maneira criativa nesta etapa, tocando elementos das subjetividades e dos elementos que constituem os motivos dos sujeitos para permanecerem e aderirem à pesquisa.

Dando ênfase no valor epistemológico desta etapa, é importante vinculá-la as discussões feitas na metodologia deste trabalho, onde se menciona que o pesquisador ao entrar no campo cria uma dimensão neste campo, antes não existente, mas que se articula com as outras dimensões complexamente articuladas.

Do ponto de vista da produção científica, então não se pode efetivamente de coletar dados, mas de construir as informações na entrada do pesquisador no campo e no estabelecimento de um vínculo que possibilitasse da apreensão dos sentidos construídos como produtor deste trabalho, e não como a ideia de um sentido que é uma entidade já pré-existente nos participantes da pesquisa.

E desse ponto de vista que é interessante apresentar algumas questões sobre este primeiro momento que se mostrou bastante significativo, posto que mobilizou tanto o pesquisador quanto os então pretendidos participantes da pesquisa.

O primeiro contato mantido com Kelvin, para fins desta pesquisa, se deu enquanto este ainda se encontrava como interno no sistema prisional (ele saiu da internação socioeducativa para o sistema prisional). Desta forma o primeiro contato foi realizado em um Instituto prisional.

A primeira questão está ligada aos sentidos do pesquisador, poucas vezes estado em uma instituição com tantos dispositivos de segurança, movimentando-se subjetivamente então sobre as questões de periculosidade e produções de significados sociais em torno dos sujeitos ali internos. “Por que esse aparato disciplinar todo?” “Que sentidos mediam as representações e relações dos agentes de segurança em relação aqueles que se encontravam internos?” “Quais os riscos?” “Quais os sentidos de risco?” “Como essa ‘segurança’ toda tem impacto nos processos de constituição subjetiva dos internos?” “Eram quase 400 internos, sem atividades nenhuma além do futebol. Manter um número grande de pessoas sem atividade alguma seria um risco pra instituição? Seria um risco para a saúde dos internos?” “A instituição é arriscada para os internos?”.

Tais questões que já eram efetivamente produções de sentido do pesquisador se organizavam em torno de uma questão entendida como principal: “Como Kelvin vivência essa realidade toda e qual o impacto disso tudo para a sua constituição subjetiva e produção de sentidos sobre o risco?”.

A expectativa deste pesquisador era de encontrar Kelvin, até fisicamente pior do que o havia visto em outros momentos antes da prisão para adultos. O fato foi que esteticamente o pesquisador ao ver Kelvin, o significou como se estivesse sido bem tratado. “Estava bonito!” Essa era uma das grandes expressões referidas como surpresa, diante de um sujeito que

possivelmente vivenciara todos os dissabores e severidades pelo pesquisador significado, de modo bastante singular, articulado a próprias ações do interno para lidar com as adversidades próprias do cotidiano de internos e seus “riscos”.

Dizia ele: “Quando o ‘Xelris’ manda todo mundo ficar lombrado, todo mundo fica lombrado. Quando ele manda todo mundo ficar limpo, todo mundo fica. O cara tem que ir na onda, se não...” . *Xelris* é como chamam o Xerife – interno com maior exercício de poder nos pavilhões.

Diante dessas questões todas nesta primeira conversa, o pesquisador apresenta para Kelvin os objetivos mais gerais e o tema da pesquisa, assim como a proposta de acompanhamento psicossocial. Quando se mencionou o tema risco, Kelvin foi claro em expressar sua opinião em dizer que colocar todos as pessoas que fizeram coisas “ruins” no mesmo lugar trancados, só pode piorar mais as pessoas.

Neste sentido e continuando a conversa, Kelvin iguala em muitas coisas a instituição prisional para adultos com a internação para adolescentes, dizendo que esta segunda “não muda ninguém não. Piora mais, por que o cara se revolta”!

Kelvin ainda questionou se a pesquisa poderia mudar alguma coisa nessa realidade, ao que o pesquisador explica que é uma forma de propor mudanças unidas a tantas outras lutas de pessoas nesta intenção. De qualquer forma, o sujeito então convidado para a pesquisa, se mostra mobilizado com a questão do risco e já começa a emitir opinião, mostrando-se este momento efetivamente como uma etapa importantíssima onde a pesquisa efetivamente já estava acontecendo.

No caso de Francisco o contato foi realizado primeiramente por ligação telefônica. Adiantando sobre o que se tratava as questões das entrevistas, o sujeito mencionou o fato de a coordenadora do Projeto do LABINS não haver mencionado nada sobre a pesquisa então pretendida, mostrando-se segundo a interpretação do pesquisador, resistente a aderir ao processo investigativo.

Depois de explicado pelo pesquisador os objetivos e temas da pesquisa, então Francisco disse que era possível iniciar a investigação e, portanto, aguardaria o agendamento da entrevista.

No tocante a entrevista então o pesquisador esclareceu sobre como seria o procedimento, enfatizando a importância da gravação em áudio de toda a entrevista para posterior transcrição e trabalho com o texto transcrito. Foi quando, mais uma vez, Francisco mencionou que a coordenadora não havia lhe falado nada sobre a realização da pesquisa. Na interpretação do pesquisador isto gerou um momento de tensão posto que já havia-se

esclarecido (ou pelo menos supunha-se) sobre esta questão anteriormente e o momento de se informar sobre esta pesquisa era, portanto, naquela oportunidade. Como forma de retorno a este argumento retomado por Francisco, o pesquisador então fala da possibilidade de o pretense participante da pesquisa poder livremente não aderir a proposta e isso não acarretaria nenhum problema no andamento de seu acompanhamento nos projetos voltados para egressos.

Continuando Francisco, pergunta se a gravação iria pra televisão, se o áudio seria disponibilizado em grande repercussão utilizando-se de meios de comunicação de massa. Então falou-se com mais clareza sobre a responsabilidade do grupo de pesquisa com os sujeitos pesquisados e da responsabilidade pessoal do pesquisador com o próprio Francisco, a fim de conservar sua integridade moral, física e psicológica. Dito isto, Francisco, manifestou-se positivamente para participar da pesquisa.

De alguma maneira, tanto o pesquisador quanto o sujeito-pesquisado geraram sentidos vinculados ao risco. Do ponto de vista do pesquisador o receio de não conseguir poder entrevistá-lo, ou se o fizesse, não conseguir ter confiança e vinculação suficientes para poder criar um “clima conversacional” a que se refere González Rey (2005).

Pôde-se inferir que Francisco temeu a entrevista por não conhecer direito a proposta e não ter confiança no pesquisador. Francisco trazia sempre a figura da coordenadora do projeto com a qual tem uma vinculação bastante significativa, e reforçando sua ignorância a respeito do trabalho, o que legitima seu receio. Além do mais a proposta de gravação gera incômodos em Francisco, por correr perigo de expor-se ou mesmo sofrer violência por consequência das informações dadas.

No primeiro contato com os dois sujeitos, pôde-se compreender como um campo de realidade relacional foi inaugurado, com mistos de receios, enfrentamentos de riscos e investimentos em negociações, tanto no que se refere a produção de sentidos como do ponto de vista das negociações próprias dos elementos que comporiam as entrevistas: horário, dia, local, uso de recursos de áudio, etc.

3.2 Análise das informações sobre sentidos de risco

Diante da vida, Francisco e Kelvin vão construindo “teorias” sobre sua própria condição e de sua identidade. Falamos aqui “teoria” um grupo de conceitos, pressupostos e regras que explicam e orientam sua vida e dão sentido a suas existências. Entendemos que os

sentidos não aparecem de forma estanque, aliás nossa própria perspectiva teórica e epistemológica supõe que os sentidos que queremos entender aqui (os sentidos de risco) se constituem de tantas outras vivências próprias das constituições do sujeito.

Levando em conta a responsabilidade deste investigador sobre as informações aqui a serem apresentadas, assume-se que tais informações foram resultado da relação estabelecida com estes sujeitos no momento empírico e da reflexividade pessoal do pesquisador no manejo dos discursos transcritos, caminhando junto sempre a memória deste momento empírico e as elaborações próprias e atualizadas na efetivação da análise e interpretação.

3.3 Sentidos de Francisco, ‘vida louca’

Francisco tem 20 anos e muito precocemente perdeu sua avó, de quem tanto gostava e, segundo este, caso ela ainda estivesse viva, não teria entrado por um caminho de cometimento de atos infracionais. Por ter cometido atos infracionais, Francisco passou pelo sistema socioeducativo, primeiro em medida de semiliberdade e, posteriormente, por reincidência, cumpriu medida de privação de liberdade.

Após a maioridade, Francisco também teve passagem pela prisão para adultos, dizendo ter sido o sistema prisional mais fácil de ser encarado que o contexto socioeducativo de internação. Na cadeia, segundo Francisco, basta ter humildade para se conseguir passar sem grandes problemas. Ao ser perguntado como este se definiria, Francisco, definiu-se como “vida louca”, descrevendo o que caracterizaria tal rótulo por meio de narrativas marcadas por infrações e submissão a perigos constantes, que alimentavam sua vida e davam um sentido de existência a ele.

Depois que saiu da prisão, Francisco arranhou um emprego e em seguida ficou desempregado. Vive maritalmente com uma jovem com a qual teve uma filha, e agora está construindo uma casa no mesmo terreno da família. Estas informações são recentes e falam de vivências ocorridas mesmo após a realização da entrevista, pelo fato do pesquisador acessar os dados de Francisco junto ao programa de acompanhamento de egressos do LABINS.

Francisco expressa que um grande medo que possui é de levar tiro, ou de ser surpreendido por alguém que em “trairagem” tenta lhe tirar a vida. De várias maneiras Francisco relata sua significação em torno da sua integridade física extremamente constituída de uma identificação com o mundo crime, o qual era encantador para o mesmo.

A partir da leitura e organização da fala de Francisco através do método da *Grounded Theory*, organizou-se as seguintes hipóteses provisórias entendidas como constitutivas da subjetividade de Francisco e que configuram os sentidos de risco desde sujeito:

HIPÓTESES PROVISÓRIAS
1) A criminalidade apresenta-se como um risco pelo fato de impedir o sujeito de obter sucesso na vida em vários âmbitos.
2) A criminalidade enquanto risco é uma coisa boa e satisfatória, porque o sujeito experimenta uma sensação de poder diante da vida.
3) O risco se configura como prejuízo à integridade física, comprometendo a vida, como se fosse o prenúncio de morte.
4) Desejar “entrar no crime” e não problematizar a respeito, é um risco para o envolvimento com a criminalidade e seus contextos.
5) “Más companhias” implicam em risco por influenciarem negativamente adolescentes no seguimento de trajetórias infracionais.
6) A impossibilidade de mudança devido à forte identificação com o mundo do crime, representa risco por trazer prejuízos e promover o retorno à criminalidade.

A seguir serão apresentadas as hipóteses uma por uma para que posteriormente sejam comparadas. Vejamos:

1) A criminalidade apresenta-se como um risco pelo fato de impedir o sujeito de obter sucesso na vida em vários âmbitos.

Mas essa vida que eu entrei num deu foi nada. Nada resolveu foi nada. Só atraso pra minha vida. Pensava que ia, por esse lado eu pensava que ia conseguir, mas [...]. É num consegue nada não, na criminalidade. Só atraso pra vida do cara mesmo. O cara preso um ano, dez anos, cinco anos. Fica um tempo lá e a vida se passando, cara lá preso, (confuso), família crescendo, filho [...] (Francisco).

Essa hipótese indica uma linha de pensamento e produção de sentido que versa sobre o fato de a “vida na criminalidade” e todas as suas consequências como o fato de ser preso em um contexto de internação para adolescentes ou adultos, impossibilita ao qualquer um de efetivar várias das questões que se planejou, por motivos óbvios. Ainda nesse outro trecho da fala de Francisco é possível ver que este tinha vários planos para seu futuro que foram

abortados pela entrada na vida do crime: *“Coisa boa mesmo que eu sonhei. Ter minha, minha casa. Ter uma família. Tá entendendo? Essas coisas que eu pensei mais, mas só que deu tudo errado”*.

Essa linha de produção de sentido faz revelar como todos e uma sociedade de exclusão estamos atravessados por sonhos produzidos quase que como ideologias (no sentido marxista mesmo) camuflando as realidades de produção inclusive dos planos pessoais e projetos de vida. Note-se que os planos que o sujeito produz, embora trate-se de um sujeito que pode ser considerado “a margem da sociedade”, segundo uma leitura popular, também este se projeta para o futuro dentro de planos bem padronizados: “ter família” e “ter casa”.

Muito possivelmente se formos analisarmos ainda um pouco mais sobre que tipo de família e qual o modelo de casa que Francisco sonhava, iríamos encontrar configurações burguesas dentro de tais representações. E é exatamente disso tudo que a criminalidade o priva, e neste ponto, apresenta-se como um risco.

Apresento aqui o argumento de que a questão do risco se localiza como uma produção social, até mesmo os fatores que legitimam algumas vivências como risco são produzidas dentro de um contexto sociocultural. Caso não achássemos coletivamente que ter uma família ou uma casa é uma coisa boa e positiva, muito possivelmente aquilo que nos impedisse de tê-las não seria entendida como um risco. O risco parece estar ligado a ideia de prejuízo. Neste sentido as produções de sentido presentes no sujeito falam da cultura onde este sujeito se insere e faz trocas de significação.

Assim psicologia sócio-histórica consegue fazer esta leitura de significação, mas também apontando as contradições presentes nestas produções como poderemos ver mais adiante, inclusive trazendo como material a própria representação da criminalidade neste mesmo sujeito.

2) A criminalidade enquanto risco é uma coisa boa e satisfatória, porque o sujeito experimenta uma sensação de poder diante da vida.

Os trechos a seguir ilustram tal hipótese dentro de um contexto específico das vivências de Francisco:

Pesquisador: – *Humrum... O que que te atraía? Que te deu vontade de, de entrar na criminalidade?*

Francisco – *Que eu via a malandragem, todo mundo reunido ali, com pistola na mão, arma, o caralho... Aí... [...]*

Francisco – *É. Assim: ver os caras armados assim e tal, vendendo droga e ganhando dinheiro adoidado. Aí eu fui também na onda aí. Bom daí num presta não, vida assim, de criminalidade. Pra mim, passou, cabou, cabou!*

De maneira bastante interessante é possível dizer que no discurso do sujeito e nas expressões e no entusiasmo com o qual este narrava as características da vida no crime, havia certo encantamento. Embora Francisco fale com bastante veemência que tudo isso não presta, que para ele toda essa vivência “passou”, foi bastante importante a maneira como detalhava. Coloco aqui tal impressão me respaldando pela perspectiva intersubjetiva e interativa que subsidia este estudo.

Também se sustenta esse argumento pelo fato de entender que embora legítima seja a fala sobre o fato de Francisco não querer mais a vida na criminalidade, também é nesta linha de encantamento e atração que Francisco ainda produz sentidos sobre este risco concreto que é a vida no crime.

A questão da facilidade e da possibilidade de ter uma sensação boa e de poder até mesmo corporal quando Francisco relata “ter sentido adrenalina” quando assaltava alguém, aliado a facilidade com que conseguia os bens e dinheiro que gostaria de ter configura essa “face” do sentido de risco produzido por Francisco. Mais um trecho da entrevista realizada que nos ajuda a pensar nesta direção:

Pesquisador: - *O que mais te atraía?*

Francisco: - *Mulher! O cara, nessa vida aí o cara consegue muita coisa fácil.*

Pesquisador: – *Então, mas quando tu entrava na drogaria, ou na mercearia, no mercadinho pra assaltar, tu sabia que tinha risco também.*

Francisco: – *Sabia.*

Pesquisador: – *E mesmo assim tu enfrentava.*

Francisco: – *O coração mais “tic tic tic tic”.*

Pesquisador: – *Então! Mesmo assim tu enfrentava.*

Francisco: – *Enfrentava. Metia cara mesmo, sabe?*

Pesquisador: – *Mas...*

Francisco: – *Sabendo que tinha futuro, dinheiro lá...*

Pesquisador: – *Aaaah siiiimmm...*

Francisco: – *Tá entendendo?? Influencia o dinheiro... o cara num quer saber... daí o cara já tá se arriscando, ó.*

Pesquisador – *E a sensação na hora como que é?*

Francisco – *Hum, é adrenalina! O cara quer saber de mostrar adrenalina mesmo (parte confusa)*

Pesquisador: – *Entendi. Se sentir vivo?*

Francisco: – *É! Ixi, tu é doido, o cara cuma arma na mão num tem medo de nada não. Tô te falando...*

3) O risco se configura como prejuízo à integridade física, comprometendo a vida, como se fosse o prenúncio de morte.

Como constitutivo da subjetividade de Francisco, a iminência de morte o atravessa e isso é frequentemente ligado ao fato de a criminalidade se apresentar com vários mecanismos concretos nestes contextos que pode gerar esse prejuízo a integridade física.

Francisco: - *Se eu fosse outro: “Não, pô, num vou não, num sei o que!” Sabendo que era risco, né? Dos homens pegar o cara, matar. A maioria dos meus colegas lá tão tudo finado.*

Pesquisador: - *Quem quem pagar o cara e matar?*

Francisco: - *Assim, os homi. Assim coisa de assalto, assim... trocar tiro.*

Pesquisador: - *É, É, É que pra mim é difícil a, a, o termo. Os homens são quem? São...*

Francisco: - *A polícia.*

Pesquisador: - *A polícia? Ah então é risco entrar na criminalidade...*

Francisco: - *É risco... É no carro, meter fita aih os homens tão lá, aí o cara sai tacando bala. É risco de morrer aí. E ... assim pa sociedade, e... num vão acreditar no bandido, né? Acreditar na mais na poliica. “Ah trocou tiro cum a polícia” As vez nem é. As veze o cara sai do carro: “Não, me rendo!”*

Pesquisador - *Nem troca tiro.*

Francisco - *Não, nem troca. Os cara logo “pá. pá, pá!” Tendeu? Aí isso daí já é meio pesado, né?*

[...].

Pesquisador: - *E além disso, quais são os outros riscos de viver na criminalidade?*

Francisco: - *Risco de pegar tiro, risco de ser preso... risco de, de um bocado de coisa mesmo... risco de té o traficante matar o cara... risco de...*

O longo trecho da conversa seja extenso permite entender que no processo da conversação, quanto mais o pesquisador pretende explorar outras zonas de sentido mesmo dentro do campo da criminalidade, Francisco continua falando sobre a questão da fragilidade de sua vida, com medo de pegar tiro.

Além desse aspecto, em outro momento, também falando sobre outros aspectos do que seria risco, Francisco apresenta a expressão “casinha” como um risco concreto dentro da criminalidade. Fazer casinha consiste em alguém próximo inventar uma história sobre um sujeito que o prejudique em relação a um terceiro que tenha mais poder como, por exemplo, algum colega que inventa-se alguma estória sobre Francisco para um traficante dentro ou fora da cadeia. A consequência disso seria que Francisco sofreria na sua integridade física com alguma violência já sabida, e que poderia levar a morte.

De alguma maneira Francisco já sabe por experiência nos contextos que o constituem, que os traficantes que ele conhece não são punem severamente os que não cumprem com os acordos nas vendas de drogas. Isso dá material concreto para que Francisco tenha medo de

que façam “casinha” pra ele. Francisco algumas vezes se refere aos traficantes dizendo que ao não cumprir os acordos realizados nas vendas de drogas ilícitas, eles (os traficantes) “mandam fechar o cara”, ou seja, mandar matar.

No meio da entrevista, o pesquisador faz uma pergunta não presente no tópico guia, mas orientada pelo conteúdo da própria conversação, onde Francisco responde o que consideramos a centralidade de suas produções de sentido de risco. Veja-se:

Pesquisador: - *Deixa eu fazer uma pergunta que talvez ajude a gente a pensar. Do que que tu tem medo? Na, na vida...*
Francisco: - *Ah, medo de morrer, né?*

4) Desejar “entrar no crime” e não problematizar a respeito, é um risco para o envolvimento com a criminalidade e seus contextos.

Nesta hipótese explicativa das produções de sentido de Francisco apreendeu-se esta significação que pensa o sujeito como protagonista do processo, e, aparentemente sem a influência de outras pessoas. Está localizada no campo da individualidade do sujeito, individualidade que parece ser construída, segundo as percepções de Francisco, de maneira isolada. A seguinte parte da entrevista pode ilustrar melhor tal hipótese:

Francisco: - *Isso daí num foi nem, assim... É, assim gente chegando: “Francisco, borá ali e tal”. Nada disso aí. Eu fui porque eu quis mesmo, Ninguém chegou Cuma arma na minha cabeça: “Bora, Francisco, e tal, roubar!” Não! Jamais. Eu cheguei: “Um bora, um bora, um bora! Foi de mim mesmo! Os muleques num chegaram cumigo: “Francisco, bora ali!” “Rapá num vou não!” “Um borá, num sei o que e tal!” “Não! Uma hora eu vou e tal!” Eles num chegaram aforçando, entedeu? “Francisco, bora tu vai ter que ir e tal (confuso)”. Nessa vida é é, só pergunta vez assim: “Francisco, tu quer ir e tals assim a roubar?” Aí se eu falar assim “não”, eles esquece, entedeu?*

[...].

Pesquisador: - *Tu acha que todo mundo entra na criminalidade pelos mesmos motivos?*

Francisco: - *Não. Eles vai se eles quiserem!*

Pesquisador - *Chamram*

Francisco: - *Como que eu tava te falando. O cara num chega Cuma, Cuma arma na cabeça pra: “Bora ali e tal!” Não se... O cara vai se ele quiser. Tá entendendo? “Rapaz eu vou! Um borá!” Num é essa de: “Bora ali um sei quê! Bora ali um sei quê!” “Ai num vou!” “Bora, meu irmão, tal...!” Entendeu? Tem essa não. Se não for então “Tá, então beleza!”. Aí eles já vão atrás de outro. Aí daí que eu cai na tentação e fui. Se eu fosse outro: “Não, pow num vou não, num sei o que!” Sabendo que era risco, né? Dos homens pegar o cara, matar. A maioria dos meus colegas lá tão tudo finado.*

Ainda que se saiba no meio por onde Francisco transita que vários adolescentes já morreram por conta da vida marcadas por trajetórias infracionais, ainda assim, existem adolescentes que, sem serem obrigados, por quererem, iniciam ou permanecem no caminho das infrações. Isto se dá, segundo este sentido de Francisco, pelo fato de o próprio adolescente não refletir sobre esses dados concretos.

De alguma maneira essa crítica também se esgota nos limites de suas vivências. Nos limites das vivências e das leituras deste pesquisador também pode falar de mais uma questão de falta de reflexão: o fato de que também a postura do querer e do refletir não acontece em uma pessoa sem que isso não se dê antes numa dimensão de interação com outras pessoas e na cultura. Individualizar a trajetória individual é esconder as questões socioculturais de produção de subjetividade.

Dado aqui o caráter construtivo do trabalho com as informações discursivas e as indicações analíticas da teoria fundamentada, pode-se comparar esta hipótese aos resultados obtidos na pesquisa de Costa e Tavares (2009) onde um dos sentidos de proteção organizam-se também em uma dimensão individual, tendo também este caráter de reflexão como fator impedidor de o sujeito encaminhar-se por trajetórias arriscadas.

Da mesma forma ainda podemos falar da filosofia liberal e iluminista que povoam a subjetividade social das sociedades capitalistas com forte apelo ao individualismo, tanto do ponto de vista da competição quanto do ponto de vista das considerações da constituição psicológica. Alias a própria psicologia produziu vários sistemas teóricos que chegam no senso comum e ajuda a produzir tais representações.

5) “Más companhias” implicam em risco por influenciarem negativamente adolescentes no seguimento de trajetórias infracionais.

Esta hipótese construída se assenta sobre as significações do sujeito em torno da influência das pessoas que o mesmo intitula como “más companhias”, identificando as relações que participam do mundo do tráfico e participam dos assaltos por onde este sujeito tinha vivências importantes e significativas.

E – O que tu pode falar sobre ti pra eu te conhecer. Assim: quem é... quem é o Francisco?

S – Ixi o Francisco... o Francisco é aquele que era, sei lá... era muito vida louca mesmo. Quer saber de tá na criminalidade, num parava de ... Parava um tempo pa pensar... ta fazendo coisa errada, mal companhia. Aí daí que começa a criminalidade.

E neste outro trecho Francisco continua falando: “*O cara vai ali, vai cum outro moleque: ‘Vai, mano, vamo ali comprar uma arma!’ ‘Vai, mano, tem , tem, tem sim!’ O cara consegue coisa rápida*”.

Aparece contraditoriamente aqui esse aspecto das produções de sentido já que na hipótese apresentada anterior se configurava uma produção de sentido voltado pra individualidade e aqui as características dessa hipótese estão ligadas a constituição das ações infracionais sendo influenciada pelas relações estabelecidas.

A psicologia sócio-histórica assume a posição de que toda atividade e pensamento tipicamente humano com uso de processos psicológicos superiores como a vontade são um produto da realidade sociocultural onde o sujeito se desenvolve, ou, melhor dizendo, realidades socioculturais, assim no plural, dado que somos atravessados por várias formas culturais, as vezes, presente em um mesmo contexto social compartilhado.

Não se trata aqui de uma simples explicação das trajetórias infracionais por um determinismo social, onde se poderia entender que bastava a realidade ter alguns elementos tido como fatores desencadeadores de histórias de infração para que todo sujeito em contato com tal realidade, necessariamente cometesse um ato infracional.

Por isso a necessidade de um estudo sobre sentidos de risco voltado para este publico de adolescentes que cometeram infração, por que os sentidos de tais vivências serão bastante contextuais. Além do mais tantas podem ser as histórias de pessoas que compartilham dos mesmo espaços sociais e que as configurações de sentido organizam as atividades concretas de seu cotidiano de maneira bastante diversa.

O que se argumenta aqui é a possibilidade dessa reflexão de que esta influência das relações interpessoais existem de fato e se articulam nas vivências dos sujeitos pesquisados de maneira única, apreendidas pelos sentidos atribuídas a elas e que se constituem reciprocamente dos sentidos de risco, fenômenos que investigamos aqui.

São exatamente esses sentidos que possibilita cada processo de internalização pessoal do mundo que circunda um sujeito ser única e original. Então podemos dizer que as relações são risco aqui para este sujeito principalmente pela fragilidade e dada os sentidos compartilhados e que encontram na subjetividade de Francisco, amplitude e configurações onde pode se assentar.

6) A impossibilidade de mudança devido à forte identificação com o mundo do crime, representa risco por trazer prejuízos e promover o retorno à criminalidade.

No excerto de texto a seguir podemos melhor visualizar a questão central desta hipótese:

Pesquisador: – *Faz? O que que pode te prejudicar na tua vida, por exemplo?*
 Francisco: – *Prejudicar é o cara não consegue nenhum emprego. Num consegue ó porque já tem o nome sujo. Assim o cara vai num coisa de emprego, aí fecha a porta na cara do cara. Aí o cara já se encabula, aí... As pessoas... “Tá ninguém, ninguém quer abrir a porta pra mim, vou voltar de novo pra criminalidade. Vou roubar, vou matar, vou vender droga”. Aí o cara já cai em tentação, entendeu?*

A fala de Francisco aponta para o fato de que a falta de acesso implica em u risco, primeiro do ponto de vista de certa identificação com o crime, posto que esta negação ao acesso, no caso de Francisco, é entendida como concentrada no ato infracional realizado por ele. Francisco afirma que os possíveis empregadores antes de “abrirem as portas” consultam os arquivos policiais para se certificarem de que não há nenhum histórica ali registrado. Caso haja, existe logo essa identificação com o crime e “as portas são fechadas”.

Algo importante a se falar, do ponto de vista da produção de sentidos na proposta complexa que queremos nos ater, é que as relações de causa e efeito se dissipa em torno da complexidade do próprio fenômeno da produção de sentidos e dos eventos que os produzem.

Uma trajetória marcada de cometimento de infração impossibilita o acesso a uma nova vida cheias de novos sentidos construídos na nova configuração de vida no mundo do trabalho, e esta mesma impossibilidade já é u risco de não conseguir entra no mundo do trabalho. A falta de acesso é ainda mais um risco de o sujeito voltar-se para o mundo da criminalidade. Estes dois elementos que aparecem nos discursos de Francisco denotam a circularidade das relações entre tais fatores e não uma linearidade simples. Vejamos outro exemplo:

Pesquisador: – *E por que, e por que que podem fechar as portas?*
 Francisco: – *Porque é assim. Por que o cara já passou por uma cadeia...*
 Pesquisador: – *Ah entendi.*
 Francisco: – *Aí passa, ver no computador: “Ah já é criminoso aí ... já passou pelo coiso de criminal e tal. Não, num quero ele aqui não!”*
 Pesquisador: – *Aí fica sujo?*
 Francisco: – *Aí fica sujo, aí a pessoa se sente: “porra!”*
 Pesquisador: – *Aí isso prejudica, né?*
 Francisco: – *É prejudica.*

Interessante pensar que a identidade do crime é uma construção paradoxal na subjetividade deste sujeito, dado que ele deseja ser e estar identificado com aquele que tá com a arma na rua da sua casa, mas esta mesma identidade o impossibilita de sair da condição, apontando também aí pra certo desejo de afastamento desta mesma identidade, mas não podendo.

Francisco: - *É. A sociedade. Lá de casa lá nós somos por exemplo: “O Francisco tá... taca, tacaram a bala nele!” A sociedade: “Ah deixa pra lá. Num é gente de boa, é gente de ruim é tal” Entendeu? Pra ele são assim.*

Em outro momento, Francisco assim se posiciona:

S – *Aí o cara: “Porra! Eu fui ali atrás dum emprego, aí o cara fecha a porta. Aí e agora? num sei quê...” Aí o cara já pensa besteira, entendeu? “Poxa, será que eu vou roubar, será que eu...” O cara já pensa*
 E – *Pra outro caminho, né?*
 S – *... que abrem porta.*

3.3.1 A construção dos sentidos de Francisco como configuração e processo

É sabido que não se pode, dentro de uma perspectiva de base vigotskiana, se se refazer o percurso do processo de construção, dado que para isto seria necessário um instrumental no momento em que os fenômenos estão acontecendo. Embora a perspectiva aqui adotada tenha essa consideração, tentou-se pensar o processo de produção dos sentidos de risco a partir da análise axial e análise seletiva dos elementos de sentido presentes nas narrativas dos sujeitos. Por esta razão é que falaremos aqui de processo, tentando fazer o que uma comparação entre as hipóteses levantadas sobre sentidos de risco, no intuito de contrastá-las e compreender seus arranjos, o que na perspectiva de Fernando González Rey denominamos configurações. Tais configurações serão comparadas também dentro dos eventos significativos que aparecem nas falas, por exemplo de Francisco. Daí será possível termos uma dimensão processual da produção dos sentidos aqui estudados.

A primeira contrastação entre as seis hipóteses, se refere ao mundo no crime:

O sentidos de risco se organizam em torno do entendimento de que a criminalidade impede a obtenção de sucesso na vida em vários âmbitos, mas também se apresenta como uma coisa boa e satisfatória por que o sujeito experimenta uma sensação de poder diante da vida.

Para uma análise mais refinada desta produção de sentidos podemos então ver que embora seja algo que cause um sentimento de perda de várias coisas na vida, a ponto de Francisco verbalizar várias vezes que a vida no crime faz com que “se perca tudo” ou não tenha “nada de bom, por que atrasa a vida da pessoa”, também constitui os repertórios discursivos também a ideia de que há certa positividade no contexto, por exemplo do tráfico, no sentido de uma identidade valorizada, vinculada a exibição de armas e performances violentas no meio da rua.

Além disso, a mesma coisa que aparece como uma coisa bastante ruim, porque o sujeito pode ter medo de morrer em algum assalto que este comete, também sente uma “adrenalina”, expressão usada para designar um estado de excitação, sentida como prazerosa, comparada a sensação de ter uma arma na mão. Dialogicamente estes sentidos parecem coexistir, embora apareçam de forma até contraditória.

A contradição é uma premissa do pensamento materialista-histórico-dialético, uma das bases epistemológica desse trabalho. Não é de se estranhar ou se explicar como uma anormalidade tal contradição. A contradição para a psicologia sócio-histórica é parte da vida e o que faz as realidades se transformarem, fundamentando-se na visão de Marx e na filosofia hegeliana.

Em vários momentos serão abordados essa contradição como parte da relação entre os sentidos de Francisco. A questão é que na dialética os contrários se negam para gerar um produto final, uma síntese, já na perspectiva complexa, assumindo conceito de dialogicidade, os contrários coexistem e ainda mais podem se constituir recursivamente, segundo apontamos no referencial teórico.

Por esta razão é que optamos também por empreender uma análise como a teoria fundamentada que nos permitisse de fazer esse movimento onde os sentidos não se aglutinam só em temas para serem apresentados no fim desta pesquisa, mas acima de tudo deseja-se conservar as diversas formas de como o sentido de risco se constitui, podendo ser possível várias contradições e coexistências, sem necessariamente que haja extinção de um elemento

em detrimento de outro. Por mais que pareça contraditória a coexistência de sentido é possível e aceita aqui.

Como segunda contrastação a partir das hipóteses geradas das falas de Francisco, obteve-se o seguinte enunciado:

A entrada para o mundo do crime pode se dar por influência do desejo pessoal, de más companhias e da não-problematização da vinculação com o crime e seus contextos ‘arriscados’. Após este ingresso, a falta de acesso às possibilidades de mudança devido à forte identificação com o mundo do crime, constitui risco por trazer prejuízos e favorecer o retorno à criminalidade.

Desejar entrar na criminalidade e também a falta de reflexão por parte do adolescente, segundo Francisco, é um risco de se encaminhar para trajetórias infracionais. Estes sentidos isolam a explicação sobre o cometimento da infração, no seu autor, como se fosse o único responsável. Comparativamente as hipóteses também apresentam que alguém que anda em más companhias também pode se prejudicar. Além do mais a falta de incentivo social e de abertura faz com que os sujeitos retornem ao mundo do crime, como exemplo, Francisco fala do mundo do tráfico.

Pode-se dizer então que os sentidos de risco estão atribuindo causas a infração que são social e individual. Mas não de maneira assim tão simples. Quando Francisco afirma que “depende do cara querer”, ele afirma isso falando principalmente que não adianta a insistência de ninguém, por que o querer é que determina, ou seja, quando Francisco afirma que é pessoal a decisão, argumenta que não é fruto de influência de outras pessoas.

A impressão que pode dá esses discursos é da existências de dois sujeitos falando sobre risco, como se não fosse a mesma pessoa discursando. A análise que fazemos aqui é exatamente nesta direção. No fato de que as pessoas são “múltiplas, fluídas e fragmentadas”, para usar uma expressão de Keneth Gergen (2009).

A psicologia sócio-histórica com a categoria identidade, categoria que não é central nesta pesquisa, explica também o caráter múltiplo dos sujeitos, ao mesmo tempo em que fala desta constituição dentro de uma realidade objetiva. O fato de “a sociedade” não dá outro lugar social para quem tem ficha policial comprometida com alguma infração ou crime, não possibilita também que novas construções identitárias sejam realizadas. De alguma maneira, a fala de Francisco aponta para uma crítica social de exclusão em cima de exclusão, além de caracterizar a complexidade das produções psíquicas.

A terceira contrastação é chamada de hipótese integradora, reunindo os sentidos de risco apresentados ao longo de toda a fala de Francisco, a saber:

A criminalidade apresenta-se como um risco pelo fato de impedir o sujeito de obter sucesso na vida em vários âmbitos, mas também se apresenta como uma coisa boa e satisfatória, porque o sujeito experimenta uma sensação de poder diante da vida. Além do mais está no sujeito um risco de não refletir sobre a criminalidade, implicando em um risco na entrada em trajetórias infracionais por conta de um querer irrefletido, querer este que só depende do sujeito. Contraditoriamente, as relações de dentro da criminalidade podem funcionar como risco por serem influências ruins. Tudo isso tecido pelo medo de ter um prejuízo central: o prejuízo físico, com a iminência da morte.

A temática da criminalidade sempre aparece no discurso de Francisco, principalmente por lamentar ter se envolvido e perdido muito tempo, segundo seu discurso. Francisco sempre teve sonhos de ter casa, um bom emprego e família. Era dessa maneira que se projetava para o futuro quando foi internado no sistema socioeducativo por causa do envolvimento no mundo da criminalidade e partir de então “nada deu certo”. A ameaça maior que ameaça para que mais nada dê certo reside no fato de a morte assombrar Francisco.

É interessante que quando Francisco relata sobre a incapacidade de reflexão que prejudica os adolescentes em geral, pois sem refletir o sujeito acaba entrando no caminho infracional, ele o faz argumentando que uma boa reflexão seria aquela que levasse em conta quantos colegas já haviam morrido pelo envolvimento com atividades ilegais.

E é exatamente ligado essa questão da integridade física que se configura elemento central das produções dos sentidos de risco de Francisco, fica evidente também a presença das narrativas dos sujeitos que fariam querer “fazer casinha” e assim prejudicarem os outros, também falando sobre o policial que pode atirar na hora do assalto, ou mesmo um parceiro que está assaltando junto que pode trair e atirar pelas costas.

Quanto ao fato de certa positividade e relação aos traficantes ficavam expondo armas na rua perto de sua casa, ou a sensação de empunhar ele mesmo, Francisco, uma arma manifestar gozo com isso, pode está apresentando também uma relação com a proximidade com a violência que pode ser controlada, em outras palavras e contraditoriamente, se arriscar pra se proteger, sentir adrenalina da iminência da morte pra se sentir ainda vivo. Ainda estes

aspectos não foram bem explorados no tempo de contato com Francisco, mas os elementos de sua vida apontam que tal análise se faz pertinente.

Do ponto de vista da teoria psicológica que sustenta esse trabalho, assentada na proposta de Fernando González Rey, a qual se afirma como uma expressão do paradigma da complexidade, pode se entender como o grande conteúdo temático constitui todos os outros elementos das produções de sentido, ao mesmo tempo em que é por eles constituído, podendo ser entendido pela lógica do fractal metáfora que entende que a parte está no todo e o todo está nas partes e só se pode entender uma parte de um sistema como constituída de todas as outras com a qual se trava relação, a qual é muitas vezes uma relação de constituição recíproca.

É neste sentido que também os sentidos de risco produzidos por Francisco também se articulam a tantas outras zonas de sentido que não o de risco, mas que se referem a outras vivências concretas que organizam a subjetividade do sujeito.

3.4 Kelvin e sua adolescência “tirada”

Kelvin tem 20 anos, nasceu em Novo Aripuanã, onde viveu até os 12 anos com seus pais. Quando tinha essa idade, os pais separaram-se e Kelvin foi morar com a avó em Uruará. Esta separação dos pais foi muito significativa e foi relatada por Kelvin como a pior experiência que já teve na vida. Na volta pra Novo Aripuanã, Kelvin, aos 16 anos, relata ter se envolvido com amizades que o fizeram uma pessoa má por influência. Junto com outros amigos comentem uma infração que tem como resultado a morte de um rapaz na cidade onde morava. Por este motivo o, então adolescente, foi internado em uma instituição socioeducativa na cidade de Manaus, posto que não há outras instituições para o mesmo fim em outra cidade do Amazonas.

Neste centro socioeducativo Kelvin permaneceu durante 2 anos, e em muitos momentos ficou em contenção, condição em que o adolescente é privado de frequentar as atividades oferecidas pela instituição, inclusive ficando sem frequentar a escola que funciona dentro da própria instituição. Durante sua permanência nesta unidade, próximo ao período em que estimava sua saída, ocorreu um ‘ritual de acolhimento’ de novos internos por parte dos adolescentes mais antigos, situação que culminou na morte de um recém-chegado. Kelvin foi acusado de ter participado da situação, tipificada como homicídio qualificado e, por ter maioria, foi encaminhado ao sistema prisional para adultos. Kelvin fala com muita ênfase

de sua adolescência tirada pelos executores da justiça, sendo que agora já é adulto e viveu grande parte de sua adolescência em uma instituição que o revoltou pelas condições de tratamento para os internos.

Na oportunidade desta pesquisa, Kelvin espera em liberdade seu julgamento, enquanto se organiza na vida escolar e no trabalho. Atualmente mora com parentes, mas tem frequente contato com outros irmãos que moram em Manaus. Além disso, o jovem, tem sido acompanhado pela equipe de psicólogos e estudantes de Psicologia ligados a um projeto de acompanhamento para egressos do contexto socioeducativo de internação, projeto da Universidade Federal do Amazonas. Kelvin menciona estar escrevendo um livro que conta toda sua história.

A tabela a seguir contém as hipóteses provisórias elaboradas a partir da fala de Kelvin, as quais ajudarão a formar e construir uma explicação sobre a produção de sentido de risco que o mesmo apresenta.

HIPÓTESES PROVISÓRIAS
1) A vivência de traumas ou sofrimento constitui risco para a pessoa em questão empreender sofrimento em outras pessoas.
2) Ser violentado constitui risco, uma vez que a reprodução da violência vincula-se diretamente à violência sentida, como expressão de vingança a quem o violentou
3) A influência de outros constitui risco por poderem fazer pessoas boas se tornarem pessoas más.
4) Condições de vida economicamente desfavoráveis consistem em risco ao adolescente, por favorecerem a busca por meios ‘fáceis’ (criminalidade) ao acesso aos bens de consumo.
5) Negligência nas relações de cuidado e proteção constituem risco pelo potencial de gerar consequências muito ruins, sob diversas formas.
6) Risco é algo que pode prejudicar a vida de alguém em várias dimensões, de modo a impossibilitá-lo ou incapacitá-lo.

A partir de agora serão discutidas as hipóteses individualmente, para que, em seguida, sejam comparadas e contrastadas:

1) A vivência de traumas ou sofrimento constitui risco para a pessoa em questão empreender sofrimento em outras pessoas.

Os sentidos de Kelvin sobre risco aqui visualizados nesta hipótese se produzem como uma crença em um trauma de sofrimento que determina ações violentas contra outras pessoas. De alguma maneira é uma crença simplista de que basta ter ocorrido um grande sofrimento na vida de alguém para que isso seja subjetivado como um risco causador de condutas violentas na vida mais adiantada.

Kelvin assim se posiciona quando fala que tudo começou pela separação dos pais dele. É interessante a maneira como este sujeito aponta que tais causas são como que ações incontroladas, como fruto de efetivamente uma constituição do sujeito que não está bem consciente de suas vivências traumáticas, mas que opera segundo as forças de tal trauma. Neste sentido, comparativamente sua visão se assemelha a algumas teorias de trauma em visões psicodinâmicas clássicas.

*Kelvin: - Assim aí da minha vida, difícil mesmo foi, acho que... meu pai e mãe... separação, entendeu? Ele num tinha emprego direito... e sempre foi...
 Pesquisador: - Quantos anos tu tinham quando separaram?
 Kelvin: - Numa faixa eu tinha uns 12 anos... Inclusive tá no 'coisa' [LIVRO] ... Uns 12 anos, eu tinha.
 Pesquisador - e como foi pra ti essa situação?
 Kelvin: - Rum, foi a coisa mais triste que teve, né?
 Pesquisador - Na tua vida?
 Kelvin: - [...] ver meus pais, meu pai prum lado, minha mãe pro outro, depois de 17 anos. Aí eu achava isso difícil, entendeu? Eu acho que isso num, mas me, me levou pro caminho do... (risos) pro caminho do mal. Tendeu?*

Essa construção se organiza em fatos concretos das leituras que o sujeito significa dentro da própria vida. Essa irracionalidade apresentada como forma de uma certa catarse por conta das forças vividas por conta do sofrimento, mas sem um objeto específico que seria alvo desta agressão.

Kelvin: - É mas também porque assim: todas pessoas que eu acho assim, entendeu? ... que já sofreu... que que fazem as pessoas sofrer é porque já sofreram, entendeu? ... na vida... Eles tão usando isso como forma ... (risos) de se livrar, entendeu? E eu acho que é isso.

Quando o sujeito dar sentido dessa maneira pode encerrar seu sofrimento em uma performance violenta já sabida, o que implica na perpetuação de ações de violência e suas reproduções, impondo sofrimento. De alguma maneira essa fala de Kelvin que aponta para

um certo livramento do peso do sofrimento original, diz respeito de uma atuação de busca por impor sofrimento no outro como uma espécie de modo de dar conta das angústias que lhe acometem.

A história da separação dos pais é um fato marcante na vida de Kelvin, entendido por ele como a coisa mais triste que ele já lhe acontecera na vida. Embora haja um entendimento de que nem todos reagem da mesma maneira, mas a narrativa dominante se organiza em torno dessa crença de que a reação que se configura como consequência natural de um sofrimento é causar sofrimento em outro, “como uma forma de se livrar”.

Na conversação não foi possível entender melhor pelo próprio desenvolvimento da dinâmica da entrevista, quais os conteúdos a que se pretende se livrar para que de forma mais concreta e com maior exatidão pudéssemos explorar essas zonas de sentido de risco acoplado a outras zonas de sentidos construídos na história de vida de Kelvin.

2) Ser violentado constitui risco, uma vez que a reprodução da violência vincula-se diretamente à violência sentida, como expressão de vingança a quem o violentou

Esta hipótese refere-se ao fato de que a violência pode ser uma retaliação com alvos bem determinados e realizados de forma bastante consciente, no sentido de que se sabe a quem se quer agredir e isso é realizado até como um planejamento. Além do mais a violência recebida como risco, também está bem clara e localizada.

Pesquisador: – O que que... O que que acontece quando, quando, quando bate? Se isso não é a forma correta, qual a consequência de o monitor bater no...

Kelvin: – Eu acho que isso pode causar até um problema pra ele mesmo. (risos) Entendeu? Que a pessoa fica mais revoltada e de qualquer modo ele acha uma forma mais fácil de se vingar, entendeu? Que a pessoa ali, como a gente tava ali... cum assim... a gente tava ali, a gente num sempre ficava alegre, a gente fica estressado também, entendeu? Tinha várias coisas que estressa a gente também: diretor, como o diretor. [...] Porque assim, tem várias pessoa que a gente... eles prendem, né? Mas acaba sendo... acaba saindo mais revoltado ainda e acaba indo pruma perdição maior, entendeu?

E – Tu saiu mais revoltado lá (instituição socioeducativa)?

S – Eu acho que revoltado um pouco, entendeu? Um pouco só... Não muito.

E – Tu saiu melhor ou pior?

S – Eu acho que eu sai... de lá eu acho que eu sai.. acho que sai cum pensamento muito de fazer maldade, entendeu?

A maldade de que fala Kelvin é, neste caso, planejar vingança contra os seus agressores, muitas vezes tal planejamento é realizado junto com outros sujeitos que também

compartilham desses lugares de vítimas da agressão por conta, por exemplo, dos monitores da instituição onde se encontravam.

Essa fala do sujeito pode apontar para crenças no social que em geral são traduzidas por ditados populares como “violência gera violência”. Não desconsideramos as representações que produzem tal ditado e como isso pode está constituindo a subjetividade social de onde Kelvin é produto e produtor, ou seja, nos espaços por onde Kelvin internaliza material de sentido para produzir suas significações que orientam a própria existência.

De alguma maneira isso de fato perpetua as reproduções de violência e agressão, pelo fato de que é subjetivado dessa maneira. Entendemos que a violência sofrida em quaisquer contextos devem ser minimizadas, por não concordamos aqui com as relações de poder e de violência que usurpam os sujeitos de suas dignidades e particularidades.

No entanto, também essa postura de que é natural que sujeitos que sofrem violência tendem de maneira consciente a se vingar e que isso se legitima como parte da natureza humana, também pode consistir em uma postura acrítica diante das próprias vivências e encapsular o sujeito em sentidos que se repetem, em uma configuração subjetiva esvaziada de reflexividade e, portanto, não gerando novas produções, ou seja, não ressignificando as próprias vivências.

3) A influência de outros constitui risco por poderem fazer pessoas boas se tornarem pessoas más.

Kelvin se assume como uma boa, que foi se construindo como uma identidade de pessoa má ao longo do tempo, e isto é atribuído a suas relações com outras pessoas que o influenciaram negativamente. Vejamos o que Kelvin fala a esse respeito:

Kelvin: – [...] eu era uma pessoa muito... eu não era uma pessoa má, entendeu? Mas pela influência das pessoas assim, entendeu? Dos outros colegas meu que eu tinham, entendeu? Eu fui acabando e virar um pessoa má, entendeu? (risos). Aí foi no que deu lá, aconteceu aquele negócio lá. Aí a gente foi pra internação [...].

Kelvin: – Não. É assim: eu não era uma pessoa má não, entendeu? Mas, assim, pela influência das pessoas assim, dos meus amigo que eu tinha lá, que num eram meus amigo que num... amigo mesmo num é ... (risos) esses que levam o cara pro mal caminho, entendeu? Então assim, eu fui, bem dizer influenciado, entendeu? [...].

Tem vários amigos que te chamam pra perdição, entendeu? E í, aí tu tá ali... é... estressado, com raiva de alguém, entendeu? Aí o pensamento da gente é sair dali e fazer maldade, tá entendendo? Mundo do crime de novo, fazer maldade, vender droga e tudo mais. Isso tudo, entendeu?

Kelvin está falando que tanto na internação pra adolescente como na prisão de adulto as pessoas chamam pra fazer maldade. Fazer maldade foi perguntado na conversação e foi entendido concretamente como vender droga, assaltar, matar, crimes em geral, segundo o próprio Kelvin elencou.

Essa perspectiva de Kelvin foi analisado aqui pelo menos por dois lugares, um primeiro que se refere a questão de que sim, as pessoas se influenciam mutuamente e dialeticamente. O cenário do cotidiano e das vivências diárias implica em um palco de negociações como diriam tantos autores e teóricos como Bakhtin, Vigotski e Grandesso, entre outros. A psicologia sócio-histórica se coaduna com tal visão e dá grande ênfase na relação intersubjetiva como formadora das características intrapsíquicas.

Porém entende-se que esta forma isolada de compreensão que Kelvin produz colocando-se como passivo no processo, pode dar vazão ao fato de que o sujeito não tem responsabilidade pelos seus atos e escolhas.

Ao mesmo tempo em que as escolhas de uma pessoa são produzidas pela sociedade em que este se insere, também não se pode negar que há um sujeito concreto que com todas as vozes e elementos sociais que internalizou também faz escolhas voluntárias, dentro dos limites e possibilidades socioculturais e de desenvolvimento pessoal.

A outra questão que já até se iniciou a falar diz respeito ao fato de que tal produção de sentidos de risco, enfatizando a influência dos outros para que Kelvin se torne uma pessoa má, gera um sentido de falta de responsabilidade sobre as questões de sua própria trajetória e desta forma aniquilando o sujeito histórico, produto, mas também produtor de seu contexto: um sujeito ativo.

4) Condições de vida economicamente desfavoráveis consistem em risco ao adolescente, por favorecerem a busca por meios 'fáceis' (criminalidade) ao acesso aos bens de consumo.

Em uma sociedade de consumo todos os sujeitos são atravessados pelas ideologias próprias do consumo, bem como de suas representações, valores e sentidos. É evidente que cada sujeito internaliza tais elementos de maneira original não podendo falar aqui de universalizações. Mas o que os sentidos de Kelvin apontam é que para se alcançar as características de uma identidade digna é importante que se tenham alguns bens e para

consegui-lo, já que não há abertura no mercado de trabalho, até ela própria condição de adolescente, o caminho mais fácil é o caminho da criminalidade.

Pesquisador: – Muito bem. Tu acha que tu... Por que tu acha que tu... tu já falou, mas só só pra ver se e isso mesmo, né? Se eu entendi direito também. Porque que tu acha que tu entrou no caminho da maldade? Tu falou das amizades, né? Tem mais alguma coisa que tu acha que ...

Kelvin: – Tem. As dificuldade, né? (risos)

Pesquisador: – Dificuldades?

Kelvin: – É!!

Pesquisador: – Como assim?

Kelvin: – Assim: os meus pais, eles são de uma família bem simples, entendeu? Eu acho que isso tudo contava, né? Dinheiro... esses negócio assim...

Pesquisador: – Por dinheiro?

Kelvin: – Falta de dinheiro. É! Trabalho, estudo... Porque é assim: a pessoa num tem... quer uma coisa e nu tem dinheiro, entendeu? Aí a pessoa vai fazer o que? Trabalhar, as veze... quando eu era adolescente eu não ia , num ia arrumar emprego. Então ente vai pro mundo do crime , ente quer uma forma mais fácil, entendeu? ... de ganhar dinheiro... que é o mundo do crime. Mas é um caminho da perdição também, entendeu? Isso tudo...

Nem todos os adolescentes autores de ato infracional são de classes populares, ou tem as dificuldades apontadas por Kelvin. Falamos isso para que não se associe a criminalidade diretamente á pobreza. No entanto, Kelvin parece apontar exatamente para esses termos, no sentido ao que ele chama de “dificuldade”, a qual, no caso é sinônimo, para este jovem, de falta de recursos financeiros.

Mais uma vez Kelvin aparenta produzir sentidos de risco que se constituem pela explicação linear dos eventos de risco e suas consequências. No caso desta hipótese, aparece como uma relação entre falta de condições com as ações infracionais.

Neste sentido podemos argumentar também fazendo ressoar os sentidos que este jovem produz como uma crítica social importante, dado que a mesma sociedade que produz o desejo de ter as coisas, é a mesma que exclui e limita as possibilidade de ter. a mesma lógica de mercado de consumo que aposta na publicidade e em tantos valores ali produzidos é a mesma lógica que enfatiza a competição e a qualificação que dá acesso ao salário capaz de consumir. No entanto todos são atravessados pelas mesmas produções de valores, que por sua vez, produzem identidades com bases objetivas/subjetivas, ou seja, sua identidade será construída também dentro dos limites e possibilidades de consumo.

A facilidade com que a criminalidade pode dar aos sujeitos tais bens, opera as vezes como a única possibilidade de efetivação dos ter os bens desejados e de portanto se afirmar identitariamente. Embora kelvin reconheça os riscos próprias na vida do crime, ainda assim,

também ele reconhece a vida no crime como “o único modo de a pessoa vencer na vida” – segundo suas palavras. Depois Kelvin tenta se corrigir e, já refletido sobre o que disse retoma:

*[...] Ê, tem vários modos, mas assim, o que a pessoa escolhe que é mais fácil, entendeu? ... é esse aí: o mundo do crime”.
Podemos dizer então mapear nas próprias condições culturais as formas de violência que se expressam pela exclusão e que estão dissimuladas nas ideias reproduzidas pelo mercado capitalista e pelas noções de felicidade e de dignidade. Não ter no mundo do consumo está equiparado a não ser, pela lógica que evidencia alguns valores mercadológicos em detrimento de outros que não estão associados ao capital diretamente.*

5) Negligência nas relações de cuidado e proteção constituem risco pelo potencial de gerar consequências muito ruins, sob diversas formas.

Essa hipótese, gerada aqui no momento da interpretação, supõe que Kelvin identifica alguns sujeitos ou relações com a função de cuidado e proteção. Podemos citar aqui a figura dos pais, da avó, dos policiais, das “autoridades” que ele identifica bem como sendo a figura do juiz, promotor e diretores de instituições de regime de privação de liberdade. Esses sujeitos, pelos papel que ocupam, deveriam se deter nas formas de cuidado a que se destinam.

As “autoridades”, por exemplo, deveriam cuidar do trânsito, do contexto socioeducativo. Os pais e avós deveriam também cuidar do desenvolvimento integral de uma criança, muito embora Kelvin não fale nesses termos, mas sua queixa pela separação dos pais e o fato de não estudar no tempo certo por conta de todas essas questões. Quando, por exemplo, Kelvin relata ter passado mais de um ano sem ver a mãe, esta fala vem em um contexto de queixa, como que um descuidado ou negligência da parte de quem deveria operar como cuidador.

Mais uma vez sobre as autoridades, Kelvin se coloca como insatisfeito, usando a palavra revolta, por terem “tirado” a adolescência dele, afirmando também nestes termos: “– *A minha adolescência eu passei toda no (Centro Socioeducativo)*”!. Os dispositivos usados pelas autoridades para melhorar a vida de um adolescente autor de infração, no sentido de socioeducá-lo não condiz, segundo o discurso deste sujeito com as intenções legais.

É fácil entender isso quando criticamente Kelvin reivindica: “*Socioeducativo. Ali não é socioeducativo não*”! Ou em outro momento em que ele fala sobre as estratégias de correção vivenciadas por ele e seus pares na internação, assim se expressando: “*Bater não é o jeito certo de corrigir!*” ou neste outro trecho: “[...] *eles tão fazendo o trabalho deles, mas eles tem que ver que a gente era adolescente...*”.

6) Risco é algo que pode prejudicar a vida de alguém em várias dimensões, de modo a impossibilitá-lo ou incapacita-lo.

Pesquisador: - *O fato de tu fazer o crime, isso é um risco, né? Porque tu depois paga por isso. É isso que tu tá dizendo? Desenvolve um pouco essa ideia pra eu entender o que tu tá querendo dizer.*

Kelvin: - *Assim, o mundo do crime ele tem muito risco, né? Por que é isso que eu tô falando pra ti: roubar, matar, todos esses negócio. Eles pode se prejudicar, entendendo?*

Pesquisador: - *Se prejudicar como?*

Kelvin: - *Assim tirando tua adolescência todinha. Eles tiraram minha adolescência todinha, entendeu? Quer dizer, minha adolescência eu perdi tudinho. Agora eu tô adulto já. Minha adolescência ficou tudo no Dagmar Feitosa [PAUSA]... Eu não tive assim... eles tiraram minha liberdade, entendeu? E a liberdade pra nós contam muito.*

Nesta hipótese, de maneira mais clara, Kelvin dá indicações de que várias coisas podem prejudicar o sujeito de viver suas potencialidades e possibilidades. Neste caso do trecho da entrevista escolhido é possível visualizar o próprio crime ou o ato infracional com um fator de risco, por tantas consequências que pode gerar. Assim o risco que poderia levar o sujeito ao crime continua a ser significado no próprio ato infracional.

É interessante pensar nesse sentido, vislumbrando que o sentido não se encontra como uma entidade que se desloca de fator em fator, mas opera mesmo como uma produção subjetiva que se expressa no sujeito, mas que tem sua configuração social como material por onde o sujeito vai atuar e internalizá-lo. Reconhecer algo como risco, não é necessariamente localizá-lo na realidade objetiva a despeito de quem o identifica, mas antes, perceber já implica estar dando significação e, portanto, produzindo sentido.

Interessante verificar como as produções de sentidos são constituídas de vários elementos que se constituem e permanecem na outra configuração de sentido de risco. É o que parece acontecer com o fato de outros mecanismos sociais e de acontecimentos da vida do sujeito serem subjetivados como um risco, o que levaria Kelvin para a vida da criminalidade e, ainda no próprio discurso, permanece nesta mesma categoria de risco. Parece estar apontando essa informação que a causa continua no efeito, relativizando tal relação causal e linear e pensando tais produções como complexas e dinâmicas.

3.4.1 A construção dos sentidos de Kelvin como configuração e processo

Da mesma forma que fizemos com as hipóteses de Francisco, neste momento chegamos a análise axial e seletiva, comparando as hipóteses no que se relacionam e se co-constroem, além de apresentar o tema central das produções de sentidos de Kelvin.

Vivenciar traumas e sofrimento constitui risco à imposição do sofrimento em outrem. A imposição da violência e sofrimento a terceiros pode implicar também em uma reprodução da violência sofrida, como fruto de revolta e vingança por ter sido, também violentado.

Do ponto de vista complexo esta organização psíquica parece ter um certo limite e diferença que contrastam. Há uma forma de reedição das vivências traumática que precisam ser canalizadas para essa ação violenta até como forma de catarse, principalmente quando Kelvin fala que tais ações são para que o sujeito “se alivie”. Do outro lado ainda que seja por um trauma (não no sentido inconsciente ou psicodinâmico) a violência sofrida, isto não parece ocupar um lugar de latência, mas antes ocupa o imaginário consciente, no sentido de planejar uma ação vingativa.

Ponto comum existente é o fato desse risco está ligado a certo sofrimento que potencializa ou mobiliza o sujeito para gastar tempo e esforço para empreender a “maldade”, nas palavras de Kelvin. Trago aqui no primeiro caso as teorias psicodinâmica e de cunho latente para que também possamos fazer comparações no nível das explicações que já podem existir e que existem arrançadas na subjetividade deste pesquisador, dado o caráter construtivo-interpretativo que se assume neste trabalho.

O acesso aos bens de consumo impossibilitado pelas condições de vida economicamente desfavoráveis, favorece a busca por caminhos mais fáceis ligados ao crime, consistindo em risco para esta trajetória. Do mesmo modo, relações de influência podem tornar pessoas boas em más, assim como as relações negligentes no cuidado e proteção geram consequências muito ruins.

De alguma maneira Kelvin propõe que realidade que o cerca compõe-se cheia de mecanismo de risco, primeiro no nível mais social amplo, pelo fato de não ter condições de obter os bens de consumo que são valorizados em seu meio sociocultural. E a maneira

concreta que isto se realiza é na relação concreta com seus pares. Também seus pares estão localizados social e historicamente e comungando da mesma subjetividade social em vários aspectos.

Ainda vendo a importância que Kelvin atribui às relações que lhes são significativas é interessante pensar o impacto dessas relações o influencia de maneira decisiva. A própria mudança que ele diz esta vivendo no sentido de seguir por caminhos não criminosos e mais exitosos, este atribui a uma relação positiva construída na época da internação socioeducativa.

Neste sentido pode ficar mais evidente que tal construção tem como base suas vivências mais concretas que por sua vez são carregadas de significação. Há uma certa relação de dependência nestas relações que são também significadas desta maneira por Kelvin, por que também a negligência, ou seja, a não continência e cuidado por parte de quem deveria ser o cuidador, Isso revela o caráter central das produções subjetivas sobre sentido de risco.

De uma forma ou de outra essa característica de vinculação surge como mais importante nas produções de sentido de risco de Kelvin. Deixamos aqui como um conteúdo de caráter central, segundo pudemos apreender e entender, na hipótese integradora de sentidos de risco, segundo Kelvin.

A imposição do sofrimento em outra pessoa tem como causa um trauma ou um sofrimento vivenciado pela pessoa que o impõe, mas também pode ser fruto de vingança, já que o sujeito violentado fica revoltado e conscientemente impõe violência. As condições de vida desfavoráveis economicamente fazem com que o adolescente busque acesso aos bens de consumo de forma mais fácil. A criminalidade e a influência das pessoas tornam uma pessoa boa em uma pessoa má. Além disso, a negligência nas relações de cuidado e proteção pode gerar consequências muito ruins, implicando em grande risco, o qual se expressa de diversas formas, sendo o risco entendido como algo que pode prejudicar a vida de alguém em várias dimensões e impossibilitá-lo ou incapacita-lo.

A imposição de sofrimento no outro é causado por um trauma ou violência de alguém e pode se expressar de maneira vingativa ou não planejada ou com elementos conjuntos dada a dinamicidade da subjetividade. O sujeito que sofre interpreta o sofrimento e reconhece como tal dentro de um contexto sociocultural compartilhada, aqui falamos especificamente da

sociedade com forte apelo ao consumo, embora não seja possível aqui ver uma ligação direta com as hipóteses que explicam a violência como fruto dos traumas e das violências sofridas diretamente, a não ser em uma representação sobre as consequências que podem ocupar o imaginário social que o constitui, mas que não foi claramente apreendido no discurso.

Ao falamos de social falamos das interações pessoais que se realiza no cotidiano com suas “boas e más” influências. E todos esses riscos podem prejudicar o sujeito a não viver com tantas possibilidades em das áreas de sua vida.

Se formos olhar isoladamente, cada hipótese aparece muito mais como um conjunto de pressupostos e regras, no sentido de leis gerais sobre como as coisas funcionam para que o sujeito caminho para a infração, em uma perspectiva bastante isolada de cada hipótese e como se havendo os fatores elencados é certo a predição que qualquer sujeito exposto a tais riscos, também entrariam na infração.

A contrastação das hipóteses mostra o quanto essa questão está mais ligada ao conjunto de como tais hipótese se articulam entre si do que efetivamente destas estarem presentes ou não na realidade de um indivíduo e, mais que isso, do modo como cada sujeito dá sentido a sua vida concreta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se um sistema entra em funcionamento, então deve haver trocas de informações, evidentemente com o sistema em sua volta, mas também com o próprio sistema. E, no interior do sistema, deve haver troca de informação, não somente entre as partes que o constituem, mas, também entre os níveis de organização. Entretanto, na maioria dos casos, não temos acesso a este último tipo de transmissão de informação. Não sabemos como um nível se comunica com o outro. E não conseguimos saber isso por uma razão muito simples: porque somos nós que estamos criando os diferentes níveis, através das diferentes técnicas de observação e experimentação. Portanto, o que acontece entre esses níveis é absolutamente escuro para nós desde que não temos o acesso devido (ATLAN, 2001, p. 111).

Inicio essas considerações lembrando o que fala Henri Atlan sobre as conexões sistêmicas. Este teórico aponta que os níveis podem existir e de fato existem em um sistema, mas não existem como nós nos referimos, pelo simples fato de não sermos observadores neutros.

Desejo iniciar assim minhas considerações, ciente de que qualquer outro pesquisador poderia elencar outras questões segundo outras perspectivas, porque o olhar e o uso da técnica inauguraria um campo de pesquisa extremamente diferente pela própria participação de outro elemento que é o pesquisador que não seria eu.

Entendi também que as informações apareceram dessa forma bem contraditória, pelo fato de não ser comum os sujeitos falarem sobre isso ou refletirem estimulados por perguntas como no formato da entrevista. Neste sentido tiveram pouco tempo pra construir elaborações mais completas, mas a reflexão não é necessariamente uma coisa entendida como parte de um ser evoluído, mas são modos diferentes de se existir.

E é nesse sentido mesmo que quero falar sobre a vida e os sentidos subjetivos dos participantes da pesquisa como modos de existência tão diversos do meu, a ponto de não nos entendermos em vários momentos, ou de eu não me fazer entender. Vendo essa dificuldade, Francisco se intitulou “parasita” por não conseguir entender o que eu estava querendo dizer.

Da minha parte também me senti igual: um parasita por não o consegui entender também, as vezes achando de forma preconceituosa que ele não dispunha de conhecimento suficiente para alcançar minhas perguntas, mas logo refletia sobre minha incapacidade de acessá-lo com os recursos cognitivos que ele dispunha, e que não são mais ou menos evoluídos, não são melhores ou piores, são apenas diferentes.

Muitas vezes me vi como um risco para esses sujeitos, entrando em suas intimidades e fazendo perguntas audaciosas sobre suas vidas. Vários sentidos podem ter surgidos e que não foram apreendidos por mim, pela minha lente e minhas experiências como pesquisador. Várias vezes me senti acanhado e com medo de não dar conta de obter as informações necessárias e me peguei correndo o risco de o trabalho final do doutorado “não dá certo”.

É desse lugar que me fiz considerações sobre os níveis organizativos das produções de sentido de risco destes sujeitos que entrevistei, e seguindo as ideias de Henry Atlan, afirmo que elas não correspondem ao que de fato são, mas ao que este observador consegui significar também e é nesta postura que posso também indicar algumas considerações.

A partir das análises realizadas entendi que o que Francisco e Kelvin tem em comum é o fato de que ambos são produzidos pelas relações socioculturais concretas e que não se pode universalizar o modo como alguém atribui sentido a quaisquer coisa que seja, ainda que comunguem da mesma cultura, essa entrada cultural é singular.

É exatamente essa a perspectiva de que todas as formações subjetivas no sujeito se orientam pela singularidade, ainda que atravessado por aspectos comuns. Os sentidos de risco enquanto categoria subjetiva, dinâmica e fluida só podem ser entendidas contextualmente e isto sim pode-se aplicar de maneira geral, ou seja, o que se pode afirmar é a singularidade de cada sujeito.

Isto está em plena consonância com as deliberações do Sistema Nacional do Atendimento Socioeducativo, o SINASE, que preconiza um projeto socioeducativo para cada socioeducando e não uma estratégia única para que se aplique em um formato totalitário e totalizante.

Ainda este estudo me inquietou e proponho para que outras pesquisas sejam realizadas com egressos do sistema socioeducativo de internação, tendo como construto a ser explorado a questão da identidade, como também a questão do cotidiano dos sujeitos a serem pesquisados. Identidade e cotidiano podem se mostrar conceitos importantes a serem melhores visualizados nas vivências concretas desses egressos.

Por fim concluo que os objetivos do trabalho foram alcançados com sucesso, dentro dos limites próprios das elaborações do desenho metodológico que os sustentou. Além disso

espero que tal estudo, resultados e análise, possam servir de subsídios para outras ações investigativas inovadoras, bem como para estratégias em intervenção mais contextualizadas.

REFERÊNCIAS

ADAMS, J. Risco. **São Paulo**: Editora Senac, 2009.

AGUIAR, W. J. Consciência e atividade: categorias fundamentais em Psicologia Sócio-Histórica. In: BOCK, A. M. A.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (orgs.). **Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ATLAN, H. As finalidades Inconscientes In: THOMPSON, W.I. (Org.) Gaia: uma teoria do conhecimento. 3ª. edição, Editora Gaia: São Paulo, 2001.

BARROS FILHO, C. V. **Otimização e planejamento de alocação de capital em instituições financeiras considerando os requisitos de acordo de Basiléia II para o risco de crédito**. Universidade Federal de Sergipe. Dissertação de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimento Locais (não publicada), São Cristóvão, 2010.

BERNARDES, L.H.G. **Subjetividade**: um objeto para uma psicologia comprometida com o social. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

BECK, Ulrich. **La sociedad del riesgo**: hacia una nueva modernidad. Barcelona: Paidós, 1986.

BERNARDES, A. G.;HOENISCH, J. C. D. Subjetividade e identidade: possibilidades de interlocução da Psicologia Social. In: GUARESCHI, N. M. F.; BRUSCHI, E. (orgs.) **Psicologia Social nos estudos culturais**: perspectivas e desafios para uma nova Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOCK, A. M. A. A Psicologia Sócio- Histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia. In: BOCK, A. M. A.; GONÇALVES, M. G. M. & FURTADO, O. (orgs.). **Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. 6.ed. ver. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

CRESSWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa**: métodos qualitativos, quantitativos e misto. 3.ed. Porto Alegre, 2010.

CONTINI, M. L. J. . Psicologia e a construção de políticas públicas voltadas À infância e a À adolescência:contribuições possíveis. In: BOCK, Ana M. B. (Org.). **Psicologia e o compromisso social**. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

COSTA, C.R.B.S.F.; ASSIS, S.G. Fatores protetivos a adolescentes em conflito com a lei no contexto socioeducativo. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, Dec. 2006 . Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01021822006000300011&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 24 Ago. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822006000300011> .

COSTA, C.R.B.S.F.; OLIVEIRA, H.S.G. História de vida de adolescentes em conflito com a lei:contribuições de Vygotsky. Relatório de Iniciação/UFAM, 2009.

COSTA, C.R.B.S.F.; TAVARES, E. **Sentido de proteção construídos por adolescentes cumprindo medida judicial de internação no Amazonas**. Relatório de Iniciação Científica/UFAM, Manaus, 2009.

COSTA, C.R.B.S.F.; MORAES, A. P. S. **Sentido de vulnerabilidade ao uso indevido de droga produzidos por adolescentes cumprindo medida judicial de internação no Amazonas**. Relatório de Iniciação Científica, 2010.

DELASSOPA, E. **Fortuna et sapientia**: o conceito de risco na reflexão teórica recente. SPOLM – Simpósio de Pesquisa Operacional e Logística da Marinha. Rio de Janeiro 2008. Disponível em:<<http://www.casnav.mar.mil.br/spolm20011/artigos/artigos2008/050.pdf>>Acessado em: 12/06/11.

DOUGLAS, M. **Risk and blame**: Essays in cultural theory. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1992.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora Unesp, 1993.

GIL, C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONZÁLEZ REY, F. **Por uma epistemologia da subjetividade**: debate entre a teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

GONZÁLEZ REY, F. **O Social na Psicologia e a Psicologia Social**: A emergência do sujeito. Petrópolis: Vozes, 2004.

GONZÁLEZ REY, F. **Pesquisa qualitativa e subjetividade**: os processos de construção da informação. São Paulo: Thomson, 2005.

_____. **Psicoterapia, subjetividade e pós-modernidade**: uma aproximação histórico-cultural. São Paulo: Thomson, 2007.

_____. **Pesquisa qualitativa em psicologia**: caminhos e desafios. São Paulo: Pioneira Thomson Learnig, 2002.

GONÇALVES, M.G.M. A contribuição da Psicologia Sócio-Histórica para a elaboração de políticas públicas. In: BOCK (Org.) **Psicologia e compromisso social**. São Paulo: Cortez, 2003.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia Entre Facticidade e Validade**. Vol. 1. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1997.

KANT, I. **Doutrina do Direito**. São Paulo: Vozes, 1993.

LUHMANN, N. **Ilustración Sociológica y otros ensayos**. Buenos Aires: SUR, 1973.

MATURANA, H. Ciência e cotidiano: a ontologia das explicações científicas. In: WATZLAWICK, P. ; KRIEG, P. (Orgs.). **O Olhar do observador**: contribuições para uma teoria do conhecimento construtivista. Campinas: Psy, 1995.

MARTINEZ, A. M. A teoria da Subjetividade de González Rey: uma expressão do Paradigma da Complexidade em Psicologia. In: GONZÁLEZ REY, F. (org.). **Subjetividade, Complexidade e Pesquisa em Psicologia**. São Paulo: Thomson, 2005.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação no futuro**. 12. Ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2007.

NEUBERN, Maurício S.. As emoções como caminho para uma epistemologia complexa da psicologia. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 16, n. 2, ago. 2000 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010237722000000200008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 30 ago. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722000000200008>.

OLIVEIRA, M.K. **Vygotsky**: aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 2008.

PAULA, J. T. S.; CUPOLILLO, M. V. Traçando caminhos para a compreensão da constituição subjetiva do envelhecer. In: GONZÁLEZ REY, F. (org.). **Subjetividade, Complexidade e Pesquisa em Psicologia**. São Paulo: Thomson, 2005.

PRADO FILHO, K.; MARTINS, S. A subjetividade como objeto da(s) psicologia(s). **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 19, n. 3, Dec. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 Mar. 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822007000300003>.

ROCHA, W. S. Centro Socioeducativo ou escola para o crime? O processo educativo no atendimento a adolescente em conflito com a lei. FAGED/ UFAM. Dissertação de Mestrado em Educação (não publicada): Manaus, 2010.

ROSSETI-FERREIRA, M.C. Prefácio. In: ROSSETI-FERREIRA, M.C; AMORIM, K.S; SILVA, A. ; CARVALHO, A.M.A. **Rede de significações e os estudo do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SPINK, Mary Jane P.. Trópicos do discurso sobre risco: risco-aventura como metáfora na modernidade tardia. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, Dec. 2001 . Disponível http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2001000600002&lng=en&nrm=iso . Acesso Em 24 Ago. 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2001000600002>.

STRAUS, A.; CORBIN, J. **Pesquisa qualitativa: Técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TOBAR, Federico; YALOUR, Margot R. **Como fazer teses em saúde pública: conselhos e idéias para formular projetos e redigir teses e informes de pesquisas**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

Valsiner, J. **Culture and the development of children's actions**. New York: Wiley, 1987.

VIGOSTSKI, L.S. **Teoria e método em psicologia**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

VIGOSTSKI, L.S. **O desenvolvimento psicológico na infância**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VIGOSTSKI, L.S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ANEXOS

ANEXO I

Tópico guia

- Eu gostaria de conhecer um pouco de sua história antes de começarmos a falar do assunto diretamente. Você poderia falar de forma bem livre sobre sua vida, principalmente de antes da internação? Coisas que você contando você acha que eu poderia assim lhe conhecer melhor. Fala pra mim o que você considera importante eu saber sobre você. Me interessa saber sobre sua história de forma bem livre.

- Olhando pra sua vida, pra sua história, quando eu menciono aqui a palavra “risco”, você associa a que coisas na sua vida? Pode ser no passado ou mesmo no presente. Pode ser mais de uma coisa. Pode pensar livremente e me falar.

- Como você reage, se comporta, ou se sente (ou seja, qual a relação?) com relação a esses riscos que você falou pra mim?

- Mas então me diga agora, depois que você me respondeu essas questões anterior, então o que é risco pra você?

ANEXO II

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Convidamos o senhor para participar do projeto de pesquisa “*Sentidos subjetivos atribuídos ao risco por egressos de medida socioeducativa de internação na cidade de Manaus*” tendo como pesquisador responsável o mestrando Enio de Souza Tavares.

A pesquisa tem por objetivo compreender os sentidos atribuídos ao risco pelos participantes da pesquisa. Essa compreensão possibilitará ao participante da pesquisa uma maior reflexão sobre seus próprios aspectos psicológicos como crenças, valores, ideias, percepções, etc, possibilitando maior consciência de si e dos ambientes que o rodeiam. Esta pesquisa integra as estratégias de acompanhamento de egressos do contexto socioeducativo, vinculado ao Laboratório de intervenção Social, Subjetividade e Interculturalidade / LABINS – UFAM.

Será utilizado como instrumento um roteiro de entrevista e gravador de áudio. A sua participação é voluntária e a qualquer momento você pode desistir da pesquisa sem qualquer prejuízo para você. Essa entrevista não acarreta custo algum, nem você será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou risco.

As entrevistas serão gravadas (apenas áudio) e, posteriormente, os conteúdos de interesse do estudo serão transcritos, analisados e publicados, mas sua identidade e suas informações não serão divulgadas. Para qualquer informação, estarão disponíveis os telefones e e-mails para contato com os pesquisadores, caso seja necessário. Orientadora da pesquisa – Profa. Dra. Cláudia Regina Brandão Sampaio Fernandes da Costa – (92) 9983-7026 email: claudiasampaioufam@hotmail.com. Pesquisador – Enio de Souza Tavares – (92) 9313-5767, e-mail: eniodeassis@yahoo.com.br. Instituição responsável: Universidade Federal do Amazonas - Av. General Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 3000, Minicampus, Bloco “X”, Bairro Coroado I – Faculdade de Psicologia (92) 3305-4550.

Eu..... declaro que estou esclarecido e concordo em participar desta pesquisa.

Assinatura do Participante	ou	<div style="border: 1px solid black; width: 100px; height: 100px; margin: 0 auto;"></div>	<div style="border-top: 1px solid black; width: 100%; margin-bottom: 10px;"></div> <div style="border-top: 1px solid black; width: 100%;"></div>
Pesquisador Responsável		Impressão do dedo polegar caso não saiba assinar	

ANEXO III - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP/UFAM**PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas aprovou, em reunião ordinária realizada nesta data, por unanimidade de votos, o Projeto de Pesquisa protocolado no CEP/UFAM com CAAE nº. 0040.0.115.000-11, intitulado: **“CUMPRIMENTO DE MEDIDA E SAÍDA DA INTERNAÇÃO. SENTIDOS ATRIBUÍDOS ÀS EXPERIÊNCIAS DE INTERNAÇÃO E PÓS-INTERNAÇÃO NA TRAJETÓRIA DE JOVENS EGRESSOS DE UM CENTRO SOCIOEDUCATIVO”**, tendo como Pesquisadora Responsável Cláudia Regina Brandão Sampaio Fernandes C.

Sala de Reunião da Escola de Enfermagem de Manaus – EEM da Universidade Federal do Amazonas, em Manaus/Amazonas, 16 de março 2011.

Prof. MSc. Plínio José Cavalcante Monteiro
Coordenador CEP/UFAM